



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Janaína Alves da Silveira Hallais

A CIDADE E SUAS GENTES: AS FORMAS DE SOCIABILIDADE ENTRE OS
TRABALHADORES DE UM CONDOMÍNIO FECHADO EM CAMPINAS/SP.

CAMPINAS, 2012.

JANAÍNA ALVES DA SILVEIRA HALLAIS

A CIDADE E SUAS GENTES: AS FORMAS DE SOCIABILIDADE ENTRE
TRABALHADORES DE UM CONDOMÍNIO FECHADO EM CAMPINAS/SP.

Monografia apresentada ao Instituto de Filosofia e
Ciências Sociais da Universidade Estadual de
Campinas, orientada pela Profa. Dra. Silvana
Rubino.

CAMPINAS, 2012.

JANAÍNA ALVES DA SILVEIRA HALLAIS

**A CIDADE E SUAS GENTES: AS FORMAS DE SOCIABILIDADE ENTRE
TRABALHADORES DE UM CONDOMÍNIO FECHADO EM CAMPINAS/SP.**

Monografia apresentada ao Instituto de
Filosofia e Ciências Sociais da
Universidade Estadual de Campinas,
orientada pela Profa. Dra. Silvana
Rubino.

COMISSÃO EXAMINADORA

Professora Dra Silvana Barbosa Rubino
Universidade Estadual de Campinas

Professora Dra Emilia Pietrafesa
Universidade Estadual de Campinas

Doutorando Marco Henrique Zambello
Universidade Estadual de Campinas

Campinas, Maio de 2012.

Agradecimentos:

Com muita sinceridade e gratidão quero agradecer aos professores que estiveram comigo durante esta jornada de pesquisa: Silvana Rubino, que generosamente me orientou nesta monografia com entusiasmo, discussões e contatos importantes e preciosos; Emília Pietrafesa, professora que incentivou e norteou meus primeiros passos; ao Heitor Frúgoli Jr, que mesmo sem saber me acompanha desde o começo da graduação, com suas publicações sobre Antropologia Urbana que em muito contribuíram para minha formação e ao José Marcos, pelas sugestões que vieram a somar no desenvolvimento deste trabalho.

Com muito carinho e devoção, agradeço aos meus pais que sempre me apoiaram e entenderam as minhas ideias, viagens, angústias e conquistas. E até mesmo ao meu irmão, que nunca entendeu de fato o que eu lia para ele ver se estava bom, mas sempre ria de tudo e dizia coisas engraçadas, sempre insinuando que eu era praticante da “ciência do óbvio”.

Aos meus tios e primos que me acolheram em Campinas afetuosamente. Ao Nailto e Atsuko, que além me aceitaram em sua casa com o coração aberto, por vezes facilitaram as minhas idas ao Recanto do Rio. Aos colegas Wagner, Natália, Enrico e Vinícius pelas contribuições e dicas preciosas. Às minhas queridas amigas daqui e de Natal, que sempre me incentivaram a seguir meu caminho, tornando-o mais suave e alegre. E claro, ao Hugo, meu namorado, por todo apoio, amor e paciência.

E por fim, mas não menos importantes, às queridas Lourdes, Lúcia e Cidinha e também aos funcionários do Recanto do Rio, pela conversa e pela contribuição. Sem eles, eu não teria conseguido contemplar o meu objetivo de pesquisa.

A todos, muito obrigada!

Aos meus, pais que acham que
planejei uma fuga perfeita...

“Às vezes ouço dizer que qualquer pessoa pode estudar e escrever um livro sobre um povo primitivo. Talvez qualquer um possa, mas não vai estar necessariamente acrescentando algo à antropologia. Na ciência, como na vida, só se acha o que se procura. Não se pode ter as respostas se não se sabe quais são as perguntas.”
(EVANS-PRITCHARD, 1978: 299).

Resumo

Recursivo nos estudos urbanos, os condomínios fechados podem ser explorados sob múltiplos recortes. Questões como segurança, medo, violência, qualidade de vida e segregação são discussões recorrentes quando se trata dos estilos de vida de moradores desse tipo de empreendimento imobiliário. A sociabilidade entre os moradores é reiterada em muitos trabalhos acadêmicos, deixando escapar, muitas vezes, a dinâmica social forjada pelos funcionários – domésticos ou terceirizados – que trabalham em espaços privatizados. O objetivo geral é, pois, compreender as formas de sociabilidade produzidas entre os funcionários do condomínio residencial fechado Recanto do Rio, assim como entre os empregados domésticos. Geralmente abordado como um espaço privatizado que fomenta a perda de subjetividade e relações sociais com o resto da cidade, este trabalho vai buscar demonstrar que apesar de seus muros e cercas, há sim contato e interação entre “os de dentro” e “os de fora”.

Palavras-chave: loteamento fechado, funcionários, empregadas domésticas, sociabilidade.

Abstract

Recursive in urban studies, the closed condominiums can be exploited in multiple clippings. Issues such as security, fear, violence, segregation and quality of life are recurrent discussions when it comes to lifestyles of residents of such type of real estate enterprises. The sociability among residents is reiterated in many academic works, leaving out many times, the social dynamic forged by the employees - domestic or contractors - who work in privatized spaces. The general objective is, therefore, to understand the forms of sociability produced among employees in the closed residential Recanto do Rio, as well as among house servant workers. Usually approached as a privatized space that foments the loss of subjectivity and social relations with the rest of the city, this work will try to demonstrate that despite their walls and fences, there are contacts and interactions between "insiders" and "outsiders".

Keywords: closed condominiums, employees, house servant workers, sociability.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAUSAS E MOTIVAÇÕES.....	9
METODOLOGIA	12
O MACRO E O MICRO: UM POUCO SOBRE CAMPINAS, SOUSAS E O RECANTO DO RIO.....	14
CAPÍTULO I – APONTAMENTOS METODOLÓGICOS E ABORDAGENS INICIAIS	22
1.1 CONDOMÍNIOS FECHADOS: ABORDAGENS INICIAIS.	22
1.2 A CIDADE E SUAS GENTES	27
CAPÍTULO 2 – PRATICANDO A SOCIABILIDADE	34
2,1. A SOCIABILIDADE, NA TEORIA.....	34
2.2. “ <i>CONVERSA BOA</i> ” – A SOCIABILIDADE, NA PRÁTICA.....	39
2.3.OS IMPONDERÁVEIS DO CAMPO.....	52
CONSIDERAÇÕES FINAIS E NOVOS APONTAMENTOS.....	55
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	57
JORNAIS.....	59
SITES.....	59
DOCUMENTOS JURÍDICOS	59

INTRODUÇÃO

CAUSAS E MOTIVAÇÕES

A escolha pelos temas de condomínios fechados e sociabilidade teve uma trajetória marcada por idas e vindas e até chegar neste recorte, mudei de ideia várias vezes; mas, de modo geral, a questão urbana sempre me chamou muita atenção. Natural de Campinas (SP) e ex-moradora de Caçador (SC) e Natal (RN), em diferentes ocasiões, pude acompanhar o desenvolvimento urbano (e suas respectivas transformações) das cidades de Campinas e Natal, especificamente entre os anos de 1998 a 2008. Durante este período meu percurso foi Campinas/Natal/Caçador/Campinas/Natal/Campinas. Não só essas cidades mudaram, mas meu olhar e direcionamento – meus interesses – foram, pouco a pouco, sendo norteados por um olhar científico mais apurado com o ingresso na faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, em Natal. Na ocasião, a cidade estava passando por um fenômeno que incomodava muita gente – o boom imobiliário, que fez surgir, quase que do dia pra noite, mais de 20 prédios no bairro Ponta Negra, famoso por sua praia e outras atrações turísticas conhecidas internacionalmente. Foi meu primeiro “incômodo” e a minha primeira pretensão de pesquisa.

Inicialmente com o objetivo de investigar os impactos socioambientais que a construção desses empreendimentos ocasionou na cidade, eu estava do lado dos movimentos sociais e associação de moradores que eram contra as autorizações para mais construções de “espigões” em torno da praia (e até mesmo em cima de dunas e lençóis freáticos) e que contavam com o apoio do Ministério Público do Rio Grande do Norte. Militante desta causa, eu queria entender como os novos prédios mudaram bruscamente a dinâmica do bairro e principalmente do vilarejo dos pescadores, já que ao mesmo tempo em que famílias eram “expulsas” de suas casas por construtoras que cobiçavam os enormes terrenos, a Prefeitura começou a investir no bairro com a construção de praças equipadas com quadras poliesportivas e playgrounds e a repensar um novo plano diretor, que favorecia os empreendedores (em nome do turismo estrangeiro e do “desenvolvimento” da cidade). A principal dificuldade foi convencer que esse tema seria bom para se pensar e delinear o recorte da pesquisa.

E foi com a ideia de plano diretor na cabeça que acabei voltando para Campinas e ingressando na UNICAMP. Há seis anos longe da cidade, fiquei surpresa quando vi o quanto

a cidade havia crescido e o número expressivo de condomínios residenciais e prediais que surgiram em lugares onde antes só havia áreas verdes. Passando quase que diariamente pelo bairro Mansões de Santo Antônio, eu observava que em cada ponto de ônibus muitas empregadas domésticas subiam e de imediato já iniciavam conversa com quem já estava dentro. E isso já me chamava atenção: da onde é que essas mulheres se conheciam? De onde elas vinham? Na maioria das vezes a conversa era entre mais de duas mulheres, que sempre cumprimentavam o motorista e o cobrador, num gesto que indicava a frequência com que andavam de ônibus naquele horário, por volta das cinco da tarde. Além disso, me incomodava também saber da insuficiência de transporte coletivo para algumas áreas da cidade (tanto residenciais como empresariais ou de serviço), distantes e isoladas do Centro e de outros bairros. Como será que as pessoas que trabalham em condomínios – geralmente nas margens de rodovias – fazem pra chegar aos seus locais de trabalho, tão inacessíveis e reclusos? O primeiro pensamento que me rondava, quando via lugares “distantes e isolados” como os condomínios no caminho para Sousas, era que eles se situavam entre o nada e o lugar nenhum... Ir a padaria é missão complicada, mesmo pra quem tem carro!

Duas disciplinas contribuíram para a escolha final do tema; deparada com o quebra-cabeça de fazer o projeto de pesquisa das disciplinas de Pesquisa Antropológica e Metodologia e Técnica de Pesquisa, estava difícil definir uma problemática dentro do tema que escolhi: condomínios fechados. A necessidade de escrever um projeto de pesquisa exigia um recorte. E foi uma “conversa de corredor” que me encaminhou para uma nova possibilidade de pesquisa, que não era prolongar o já legitimado discurso sobre os enclaves fortificados¹ e a questão de (in) segurança: por que não falar sobre quem trabalha nesses lugares?

Os meios pelos quais os sujeitos podem se articular, suas invenções, seus jeitos de resolver conflitos, as escolhas dos grupos e os modos de (con) viver despertam em mim interesse e curiosidade. A sociabilidade entre os moradores é reiterada em muitos trabalhos acadêmicos, deixando escapar, muitas vezes, a dinâmica social forjada pelos funcionários – domésticos, temporários, administrativos, terceirizados, auxiliares de serviços gerais, entre outros – que trabalham em espaços privatizados. Influenciado pelo fator de desconfiança, o esquema de segurança e a própria espacialização (normas e regras internas do condomínio fechado) são suficientes para impedir ou regular a interação entre os funcionários no interior

¹ Mike Davis foi o percussor nos estudos sobre o declínio do espaço público e o surgimento de condomínios fechados de alto padrão em Los Angeles, nos anos 80. O termo enclaves fortificados foi utilizado por Teresa Caldeira para se referir a um novo tipo de segregação espacial na cidade de São Paulo

dos espaços privatizados? Onde ocorre a sociabilização no condomínio? Como se dá o primeiro contato entre os funcionários? Há hierarquias entre as diferentes categorias de trabalhadores? A aparente homogeneidade social no interior dos condomínios fechados esconde a heterogeneidade social que se dá através da inserção dos prestadores de serviço dentro desse espaço? Dessa forma, além da relação patrão-empregado, é possível observar a relação empregado-empregado? Autêntica, essa relação muito pode nos dizer sobre os processos de apropriação, interpretação e utilização do lugar.

A escolha deste espaço se concretizou após a leitura do artigo “*Estilos de vida nos condomínios residenciais fechados*” que faz parte de uma pesquisa realizada pela Professora Doutora Luciana Teixeira de Andrade, onde ela defende uma imagem diferente “de que os moradores vivem enclausurados” (ANDRADE, 2006:309) se interessando pela existência de um estilo de vida próprio questionando sobre a justificativa apontada em outros trabalhos acadêmicos que veem a violência urbana como única motivação na procura por condomínios fechados. Além dessas contribuições, filmes² e várias reportagens em telejornais e revistas também foram importantes para a definição da problemática e inspiraram ideias que contribuíram para a elaboração de perguntas e para atinar a observação de alguns elementos do campo.

Cabe esclarecer que a minha escolha não foi por acaso e nem tampouco aleatória; várias foram as razões para a escolha do Loteamento Fechado Recanto do Rio como recorte espacial: primeiramente, porque o enfoque inicial pretendido era estabelecer as diferenças entre dois condomínios distintos em suas configurações (sendo o Recanto do Rio um dos eleitos para o exercício comparativo), segundo porque propus-me a fugir do padrão “alphavile de ser” para dar outra perspectiva que não fosse a criminalidade e a segregação, tão comumente discutidos quando o assunto é residenciais fechados. Também se apresenta como razão o fato de ser um espaço de grande concentração de empregadas domésticas e demais funcionários e, portanto, de interação entre eles – ao optar pelo loteamento, pensei no ponto de ônibus como local por excelência de contatos e encontros. E, claro, porque sabia que minha inserção seria um pouco mais fácil devido aos meus contatos com alguns moradores.

² Domésticas – O Filme (2001, Brasil, Fernando Meirelles e Nando Olival), Zona de Conflito (La Zona, 2007, México, Rodrigo Plá), Pão e Rosas (Bread and Roses, 2000, Inglaterra, Ken Loach) e O Diário de uma babá (The Nanny Diaries, 2007, EUA, Shari Springer Berman, Robert Pulcini).

METODOLOGIA

Roberto Cardoso de Oliveira (1996) defende que através do olhar, ouvir e escrever, exercício da práxis antropológica, que a pesquisa “acontece”; são exercícios peculiares da Antropologia que fazem parte do treinamento metodológico do antropólogo antes, durante e depois de ir a campo. Este treinamento se dá através do condicionamento teórico adquirido através da leitura de monografias clássicas, etnografias e relatos de pesquisa durante sua formação acadêmica. A combinação teoria + prática expande questões anteriores, recicla pesquisas, cria novos dados e dá suporte para se pensar seu papel e sua ética profissional, subsidiando uma nova configuração ao ofício de antropólogo – o de pesquisador-agente político.

Com a intenção de entrevistar e acompanhar o serviço dos grupos de trabalhadores do Recanto do Rio, percebi como a administração vê o estranho como um perigo, como um alerta. Tentando entrar em contato por e-mail durante um bom tempo, não obtive nenhuma resposta (positiva ou negativa) sobre a autorização para minha inserção no condomínio. Após ir pessoalmente ao local e conversar com um dos funcionários, pensei que as portas se abririam mais facilmente (e rapidamente). Ao explicar minha proposta e apresentar o projeto ao subgerente Sérgio, ele me disse que tudo dependeria da aprovação do Presidente do Conselho dos Moradores, e que apresentaria meu projeto aos responsáveis durante a reunião, que é mensalmente promovida. Com um ofício em mãos, entreguei o pedido para realização da pesquisa para formalizar minha entrada no campo. Mas mesmo com a autorização, várias restrições foram feitas e uma delas foi com as entrevistas com os funcionários: apenas poderia conversar vinte minutos com os selecionados pelo subgerente, com a presença (ou inspeção?) do encarregado da segurança, que me conduziu ao local da entrevista. Tal condição foi em parte positiva, pois a minha apresentação por parte de um “chegado” deles contribuiu para quebrar o gelo inicial da entrevista, já que os funcionários estranharam bastante a minha proposta e as minhas perguntas. Também não foi possível acompanhar os funcionários em suas tarefas diárias e nem mesmo apresentar o questionário que acabou sendo aplicado pelo subgerente.

Contudo, já em relação às condições encontradas ao entrevistar as empregadas domésticas foram bem diferentes. Das três entrevistas feitas, duas foram realizadas nas casas onde trabalham e uma foi possível acompanhar o trajeto feito por uma das interlocutoras entre o Recanto do Rio até o centro da cidade. Na contramão da condição de vigilância encontrada ao entrevistar os funcionários do loteamento, mesmo entrevistando as domésticas em seus

locais de trabalho, as conversas foram conduzidas de forma livre e sem a presença de seus patrões. Assim, embora não tenha podido acompanhá-las em suas tarefas durante o dia e nem mesmo em suas trajetórias diárias, consegui coletar informações mais detalhadas sobre a sociabilidade tramada entre essa categoria de trabalhadores, inclusive sobre os conflitos existentes decorrentes, principalmente, das chamadas “panelinhas”³ e as inevitáveis fofocas.

Por causa do tempo restrito para a realização dessa pesquisa⁴ – que não contou com bolsa de pesquisa de nenhuma agência de fomento, pois eu já que atuava como assistente de pesquisa no Núcleo de Estudos da População da UNICAMP – as entrevistas foram reduzidas a três entrevistas oficiais com as domésticas, quatro entrevistas com os funcionários do loteamento mais aplicação de questionários entre eles. Além disso, reservei uma tarde especialmente para andar de ônibus e acompanhar dois horários de saída das empregadas (informado pelas minhas interlocutoras) e dos seguranças do primeiro turno do Recanto do Rio e assim dedicar uma etnografia exclusiva a este momento que, por sinal, foi rico e encantador. E claro que, mesmo com muita dificuldade para tomar notas por escrito na hora – o ônibus estava lotado e eu estava em pé, pendurada no cano do ônibus – foi devida e minimamente registrado em meu caderninho (segurar um gravador no meio do ônibus lotado estava fora de cogitação, ainda mais porque eu já tinha me arriscado a sair rolando pelo corredor quando inventei de registrar o momento com algumas fotos...).

Muitas aflições, dúvidas, incertezas e mudanças de planos contribuíram positivamente em minha trajetória de pesquisa. As idas ao condomínio, os imprevistos, a espera pelo ônibus e as conversas formais e informais elucidaram questões sem respostas e ajudaram a formular questões que não haviam sido pensadas. Ao lançar mão do questionário como uma ferramenta de pesquisa – uma solução à falta de interação minha com os demais funcionários locais – pensei que conseguiria ter informações suficientes para tratar da sociabilidade entre eles: o que não aconteceu, já que as respostas foram superficiais e não consegui trabalhar qualitativamente com elas. Em termos quantitativos, apenas computei que dos seis questionários respondidos, cinco funcionários consideram que tem amizade com outros locais – quando arquitetei as perguntas, pensei que as respostas seriam mais contemplativas; ao contrário, apenas responderam “sim”, “às vezes” ou “não”. Fica o aprendizado e a dica para a melhor elaboração de um questionário da próxima vez, que permita caracterizar

³ As panelinhas foram reveladas durante as entrevistas com as domésticas, onde foi descrito a distribuição delas no ônibus e no fretado que utilizam diariamente pra chegar e sair do Recanto do Rio. Segundo minhas interlocutoras, não basta trabalhar no mesmo loteamento para que sejam “chegadas”; é preciso ter certas características para pertencer à um grupo específico. O assunto será retomado no capítulo II.

⁴ A pesquisa de campo foi realizada entre os meses de abril e outubro de 2011.

sociologicamente o perfil dos meus interlocutores e assim refinar o olhar etnográfico e conhecer melhor sobre suas trajetórias pessoais e sobre seus deslocamentos diários, por exemplo.

O fato de não revelar aqui o nome do loteamento em questão é uma estratégia de pesquisa: foi uma condição para a realização da etnografia no local. Assim, ficou estabelecido que por medidas de preservação do local e dos funcionários entrevistados, o nome ficaria oculto, pois, segundo os responsáveis “*não se sabe as dimensões que o trabalho pode vir a atingir*”⁵. Como alternativa, será usado o nome fictício “Recanto do Rio” para se referir ao local. Os nomes dos funcionários também serão trocados, para preservá-los o anonimato; os nomes das profissionais da limpeza serão mantidos, pois elas não fizeram restrições.

O MACRO E O MICRO: UM POUCO SOBRE CAMPINAS, SOUSAS E O RECANTO DO RIO.

Segundo dados preliminares do censo do IBGE de 2010, o município de Campinas ocupa uma área de 795.697 km com uma população estimada em 1.080.999 habitantes abrigando aproximadamente trezentos bairros, divididos em cinco regiões – central, norte, sul, leste e oeste – e quatro distritos – Barão Geraldo, Sousas, Joaquim Egídio e Nova Aparecida⁶. Em 2000 foi instituída a criação da Região Metropolitana de Campinas (RMC), região que compreende 19 municípios⁷ e 2.798.477 habitantes. Fundada em 14 de Julho de 1.774, Campinas tem um passado ligado ao ciclo do café – o “ouro verde”; região de terras produtivas para o cultivo de café, a cidade ainda guarda registros da época. Bairros como o Chapadão e os distritos de Sousas e Joaquim Egídio eram importantes fazendas de café, tendo parte de sua vegetação e dos rios preservados e assegurados pela determinação do Plano Diretor de 1996 que divide o município em sete unidades de conservação (planos locais de gestão): as macrozonas das (1) áreas de proteção ambiental; (2) áreas de restrição à urbanização; (3) área de urbanização controlada norte; (4) área de urbanização consolidada; (5) área de recuperação urbana; (6) áreas de urbanização controlada sul, e (7) área imprópria à urbanização.

O distrito de Sousas, criado em 1830, é cortado pelos rios Atibaia e Jaguari e integra a macrozona da área de preservação ambiental (APA MZ-1) unidade de conservação que estabelece diretrizes de ocupação para atividades econômicas do mercado imobiliário, assim

⁵ Entrevista com um funcionário da administração, em 23/08/2011.

⁶ <http://www.campinas.sp.gov.br/governo/servicos-publicos/macroregiao/index.php>

⁷ Americana, Artur Nogueira, Campinas, Cosmópolis, Engenheiro Coelho, Holambra, Hortolândia, Indaituba, Itatiba, Jaguariúna, Monte Mor, Nova Odessa, Paulínia, Pedreira, Santa Bárbara D'Oeste, Santo Antônio de Posse, Sumaré, Valinhos e Vinhedo.

como das atividades agrícolas e industriais; de proteção dos rios Atibaia e Jaguari (que abastecem a cidade) e da conservação do patrimônio natural, cultural e arquitetônico. Com população estimada em 12.882 habitantes⁸, o distrito conta com uma subprefeitura, posto policial, inúmeros condomínios residenciais e é servido por oito linhas de ônibus⁹, que em geral fazem baldeação na Estação Sosas e ligam Campinas aos bairros do distrito. Distante há 12 km do centro de Campinas, com acesso pela Rodovia Heitor Penteado, Sosas apresenta fortes características urbanas e, apesar de contar com variado comércio e outros serviços (supermercados, lojas de arte, clubes, bancos, escolas públicas e privadas, consultórios médicos, bares e restaurantes da mais variada gastronomia, casas de evento, pousadas e pequenas indústrias) conserva um ar bucólico que possibilita o turismo ecológico, atraindo praticantes de esportes de aventura e turistas em busca de tranquilidade e contato com a natureza.



Figura 1 – Rio Atibaia, na altura da Subprefeitura de Sosas, no centro comercial do distrito de Sosas. Foto: arquivo pessoal, outubro/2011.

A Prefeitura Municipal de Campinas investiu numa imagem idílica de cidadezinha interiorana que conserva suas construções do apogeu dos ciclos do café, cuja paisagem se

⁸ Dados do Censo do IBGE de 2000.

⁹ Fonte: Emdec – Empresa Municipal de Desenvolvimento de Campinas S/A. <http://www.emdec.com.br/eficiente/sites/portalemdec/pt-br/site.php?secao=noticiasgerais&pub=3403>

complementa com a igreja matriz, a praça à beira do rio, a ponte antiga (e abandonada), e em 2007, lançou o Mapa Turístico Sousas-Joaquim Egídio, um guia com os roteiros histórico-culturais da região onde divulga restaurantes, pousadas, ateliês inseridos nos dois distritos. Entretanto, são duas festas religiosas que movimentam bastante a região: a Festa de Sant'ana, padroeira de Sousas, e as Festas de São Joaquim e São Roque, padroeiros de Joaquim Egídio – em dias de comemoração, com cerimônias religiosas, barracas de alimentação e jogos e shows musicais é quase impossível passar pelas vias que atravessam os distritos. Além disso, ainda conta com o tradicional festival gastronômico, realizado ao longo do ano, que promove o lugar não só para a região de Campinas, mas até para outras cidades e estados.

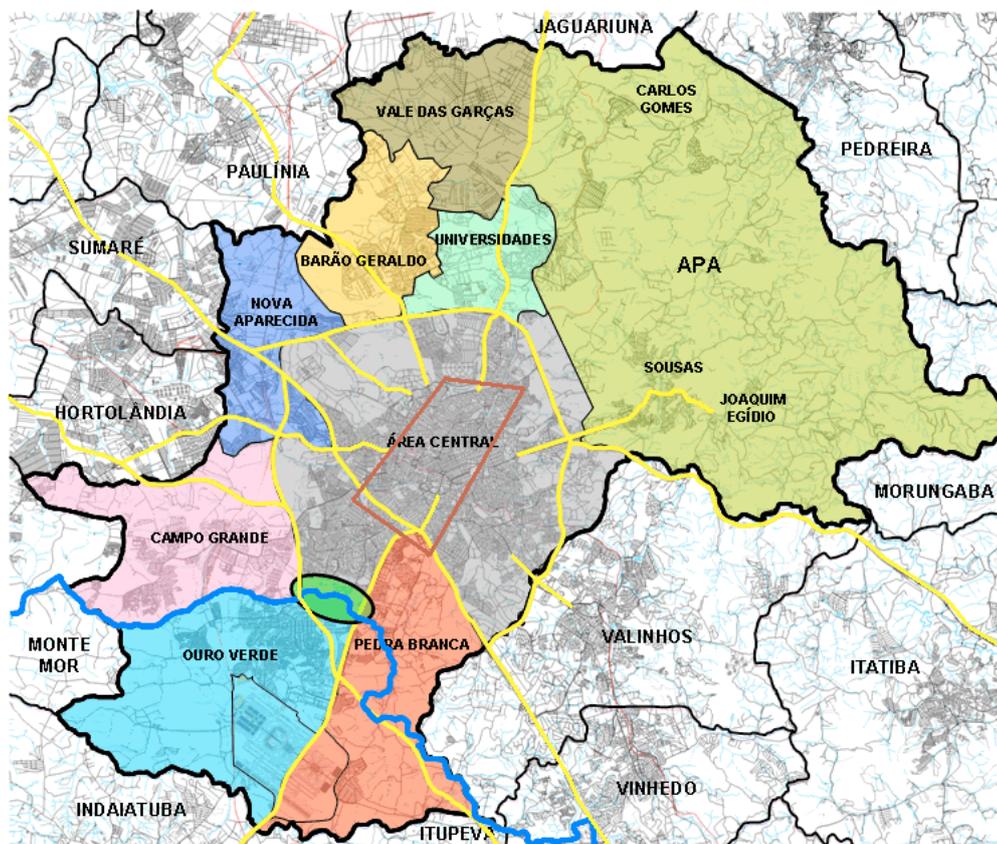


Figura 2 - Mapa de Campinas, com destaque para os distritos de Sousas e Joaquim Egídio, caracterizados pelo circuito de lazer, que integra gastronomia, arte, cultura e turismo ecológico. Fonte: <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=334862>

Localizado nas terras da antiga Fazenda São João do Atibaia, na área envoltória do fragmento da Mata São João, bem tombado como patrimônio ambiental em 2011 pelo CONDEPACC¹⁰, o Recanto do Rio foi inaugurado em 30 de junho de 1979 pela empreendedora Sobloco Construtora S/A em parceria com a agência privada de desenvolvimento imobiliário Brasilinvest e ocupa uma área total de 5.800.000 m². De acordo

¹⁰ Conselho De Defesa Do Patrimônio Cultural de Campinas. Fonte: <http://www.campinas.sp.gov.br>

com contato feito com a construtora, a venda dos lotes foi realizada pela própria Sobloco e por algumas imobiliárias como a Francisco Robbins & Natalino e Joly Imóveis.

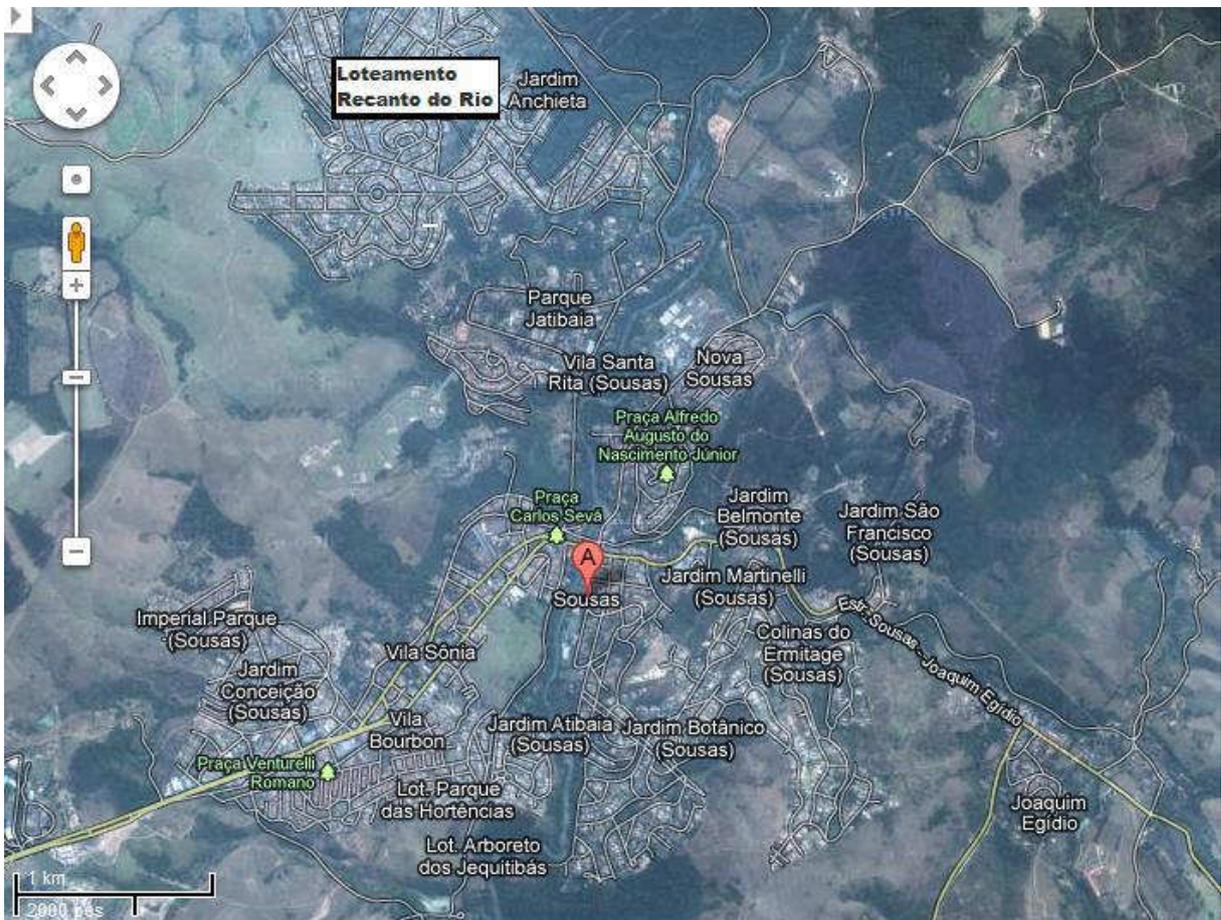


Figura 3 – Mapa do distrito de Sousas, Google Maps, outubro/2011.

Segundo dados fornecidos por um ex- presidente da Associação de Moradores do loteamento e do extinto jornal de circulação O Nosso¹¹ há no local em torno de dois mil e duzentos lotes, mil e seiscentas residências e sete mil moradores; o perímetro urbano é de 21 km, com sessenta e três ruas pavimentadas. Com a criação da Sociedade Civil Amigos do Recanto do Rio em 1987, iniciou-se o processo de murificação e implantação de guaritas no local, e em 2000 foi regularizado legalmente pela municipalidade como loteamento fechado. A partir de 2001, sob permissão de uso de área pública pela Prefeitura, deu-se início a construção de áreas de convivência¹² (praças, quadras poliesportivas, salão social, pista de bicross e caminhada) e a instalação de serviços como a coleta de lixo seletivo, de óleo de cozinha servido e de circular interno. Para a manutenção desses serviços essenciais, os moradores pagam uma taxa mensal de condomínio que gira em torno de R\$ 160,00.

¹¹ Jornal da Sociedade Civil Amigos do Recanto do Rio, nº 8, março de 2010.

¹² De acordo com o subgerente operacional, o loteamento possui 43 praças, três quadras (sendo uma de tênis, uma de futebol society e uma poliesportiva). Existe um lago que raramente é usado para pesca pelos moradores. Todos esses equipamentos de lazer contam com infraestrutura de banheiros e bebedouros.

Entretanto, a questão do fechamento do loteamento é um pouco conflituosa. Uma ação movida pelo Ministério Público em 2006 ameaçou a Lei Municipal nº 8.736 de 09 de Janeiro de 1996 que regula a constituição de loteamentos fechados na cidade. A divergência maior é no que tange o fechamento de grandes áreas – embora seja permitida a instalação de portarias, a nova legislação promulga diretrizes que dizem respeito às condições para o cercamento e circulação interna de carros e pedestres, bem como à prevenção de danos ambientais. Em 2010, finalmente, um acordo firmado entre a Sociedade Civil Amigos do Recanto do Rio e a Prefeitura Municipal de Campinas garantiu a legalidade do empreendimento, que estava ameaçado de ser desmembrado em seis bolsões residenciais. De acordo com a publicação do jornal “O Nosso”, de outubro de 2010:

O Termo de Acordo e Compromisso firmado entre a Prefeitura Municipal de Campinas e a Sociedade Civil dos Amigos do Recanto do Rio é uma grande conquista dessa administração, já que garante a ratificação da condição de legalidade do nosso fechamento nos termos do Decreto Municipal de Permissão de Uso nº. 13.536 de 2000 e, uma vez homologada, por fim a ação movida pelo Ministério Público em 2006, que exigia o desmembramento do Recanto do Rio em seis bolsões, o que na época se tornou a mais séria ameaça de abertura da história do Recanto do Rio. Através desse acordo, nós, a Associação de Moradores, nos empenhamos em realizar um plano de mitigação ambiental, recuperando áreas verdes (algo que já estamos fazendo nos últimos anos) e nos comprometemos, através do “Projeto de Cadastramento para Facilitação do Acesso ou Transposição do Loteamento” apresentado pela administração, a garantir o direito de ir e vir sem prejudicar o fechamento do condomínio. (O NOSSO – JORNAL DA SOCIEDADE CIVIL AMIGOS DO RECANTO DO RIO, nº 20, OUT/2010).

Desse modo, o Loteamento conta com um conjunto de regras e normas onde estão estabelecidos os direitos e deveres dos moradores e da Sociedade Civil, bem como das atribuições da Administração e que trata, entre outras coisas, da segurança, das contribuições, do trânsito interno, das obras, da circulação de pessoas estranhas e das proibições de atividades comerciais. Para atender toda a estrutura do Recanto do Rio, o loteamento conta com um quadro de setenta funcionários, distribuídos em cinco funções: serviços gerais, operacional, segurança (que inclui porteiro, monitor e encarregado, divididos em três turnos), auxiliares administrativos, gerente e subgerentes. Diferentemente da maior parte de loteamentos ou condomínios fechados que contratam empresas terceirizadas para prestação de serviços, os funcionários deste loteamento são diretamente contratados pela Sociedade Civil dos Amigos do Recanto do Rio; um dos poucos serviços terceirizados é o transporte circular interno e o fretado que conduz os empregados da segurança até o centro de Campinas.

Serviços como manutenção dos carros de ronda, dos parquinhos e das demais áreas e vias públicas são feitos pela equipe de manutenção dos serviços gerais, que são treinados quando necessário pelo subgerente operacional.

Um fato interessante e muito comentado pelos moradores e trabalhadores entrevistados – e que tive a oportunidade de observar a situação – é o comércio “ilegal” existente dentro do Recanto do Rio. Mesmo sem a presença de placas ou outros indicativos materiais, moradores e empregadas domésticas sabem onde podem encontrar, por acaso, a casa onde se vende refrigerantes, bolo, doces, pipoca de micro-ondas, salgadinhos e até marmitex. Não sei se esses comércios contam com entrega a domicílio, mas em um dia de campo, quando esperava pelo circular interno para ir embora, pude observar uma cena bem rica em si mesma – uma moradora parou numa casa, tocou a companhia e saiu de lá com uma coca-cola bem geladinha. Durante os quarenta minutos que fiquei no ponto esperando pelo transporte, mais uns três ou quatro carros foram até esta casa para fazer o mesmo. Outra situação que pude presenciar foi uma funcionária do próprio loteamento ligar para uma pessoa que vende “quentinhas” lá dentro. Fontes seguras ainda me afirmaram que a noite o comércio “bomba”, sendo possível encontrar cachorro-quente e pizzas. Serviços como lan house – com aluguel de DVDs, aparelhos de vídeos games e jogos – e impressão de cartões de visitas e trabalhos escolares também estão disponíveis pra quem conhece o local. Uma boa opção pra um loteamento que fica tão distante de qualquer comércio.

O entorno do loteamento é marcado por resquícios da mata atlântica e pelo Rio Atibaia. Seu acesso se dá por uma avenida onde se distribuem residências, chácaras, condomínios e loteamentos fechados, casa de repouso, clubes e associações de lazer, além de pequenos comércios, no estilo “beira de estrada” como barraca de frutas e restaurantes, assim como lojas de móveis rústicos, de jardinagem, bares e clínica veterinária. A via de mão dupla tem aproximadamente 2 km de extensão, é estreita e segue o curso do rio, com curvas sinuosas sem acostamento e com escassa iluminação pública. Apresenta sérios problemas de alagamento principalmente em períodos de chuvas de verão, que fazem o rio transbordar facilmente e também com árvores centenárias que estão prestes a cair que se tornaram constante ameaça de acidentes de trânsito. Há duas (grandes, velhas e intrigantes) placas de venda de grandes lotes ao longo do percurso; uma delas é da mesma imobiliária que outrora comercializou terrenos no Recanto do Rio e o tamanho da área é de pouco mais de um milhão de metros quadrados. No meio do matagal que toma conta dessas propriedades, vê-se um braço do Rio Atibaia praticamente assoreado por lixo e restos de concreto. É possível ver o

Rio Atibaia com perfeição ao andar de ônibus, já que por ser mais alto e passar mais devagar pelo local é possível apreciar a paisagem do caminho.

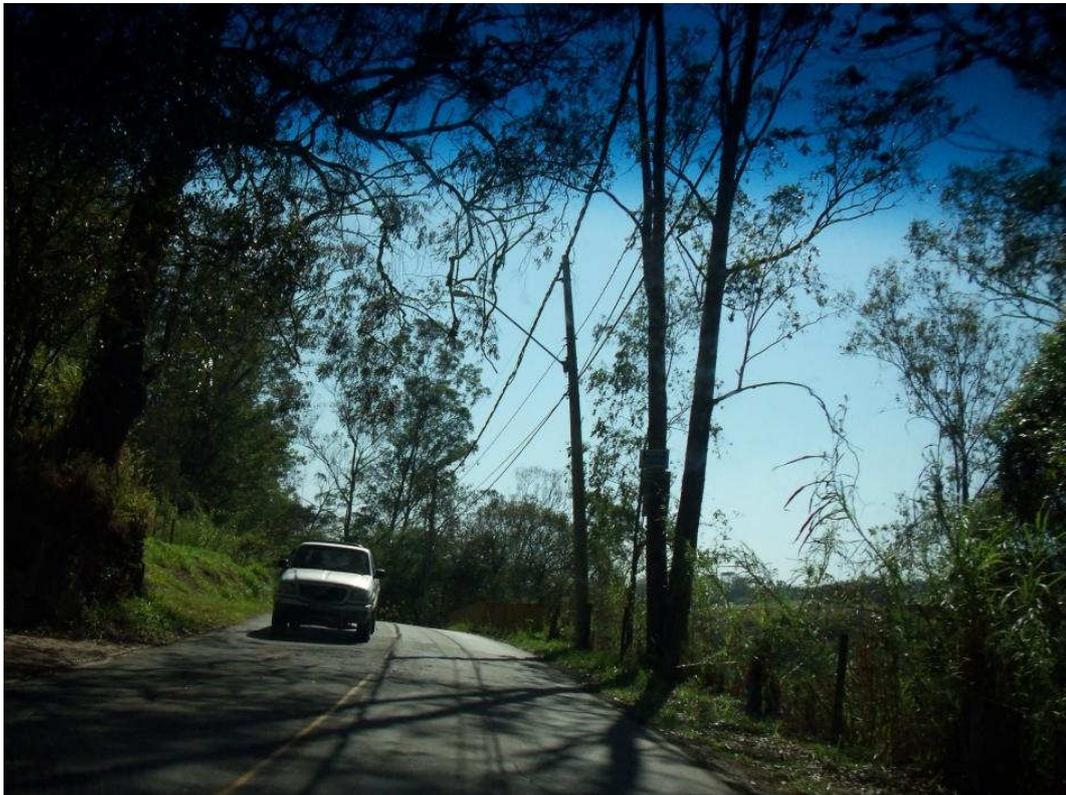


Figura 4 - Avenida Mário Garnero, acesso para o Loteamento Recanto do Rio. À direita da imagem está o Rio Atibaia. Foto: arquivo pessoal, agosto/11.

Aliás, chegar ou sair do loteamento de ônibus não é nada prático; com horários restritos de circulação, a linha que atende o loteamento e vai até Campinas não faz viagens entre 9h e 14h, nos dois sentidos (Campinas/Sousas/Recanto do Rio e Recanto do Rio/Sousas/Campinas). Durante esse intervalo, a solução é esperar por outras linhas: uma que passa de hora em hora (em horários de pico e em dias úteis) e liga o loteamento ao distrito de Barão Geraldo, atendendo a estação central de Sousas e os shoppings Galleria e Parque Dom Pedro e outra linha, que liga a Estação Central do distrito até a entrada do loteamento, cujo intervalo de horário é de 45 minutos¹³. Com muita sorte (ou conhecimento do horário) quem precisa se deslocar de lá para o centro de Sousas pode pegar uma linha especial, que passa apenas três vezes por dia, vindo de uma área rural que fica atrás do loteamento. Reclamação recorrente das empregadas domésticas e de uma moradora com quem conversei enquanto esperava o ônibus é a falta de sincronia entre a chegada/saída dos ônibus de linha com os horários de saída e chegada do circular interno; enquanto um ônibus chega, o outro já está

¹³ O tempo médio de viagem – Campinas/Recanto do Rio– é de 40 minutos, com trânsito normal. Já a viagem Recanto do Rio/Barão Geraldo leva em média 50 minutos. Para ir do loteamento até a Estação Sousas (ou vice-versa), o tempo médio é de seis minutos.

saindo, fazendo com que se perca entre trinta minutos e uma hora com a espera pelo próximo transporte. Mas o difícil mesmo é alguém oferecer uma carona, seja para adentrar o condomínio, seja para sair de lá...



Figura 5 – Entrada do Recanto do Rio, cercada pelo resquício de mata nativa. Foto: Arquivo pessoal, outubro/2011.

CAPÍTULO I – APONTAMENTOS METODOLÓGICOS E ABORDAGENS INICIAIS

1.1. CONDOMÍNIOS FECHADOS: ABORDAGENS INICIAIS.

Uso comum entre moradores, por agentes imobiliários, pela mídia e pelos demais cidadãos, o termo condomínio fechado se tornou sinônimo de “viver bem”, de “segurança e tranquilidade” e de “privilégio”. Há pesquisas que indicam os condomínios fechados como resposta à insegurança social; outras evidenciam, através dos próprios moradores, que a motivação em buscar essa forma de moradia não é a segurança, mas sim a fuga do meio urbano, da correria cotidiana. Para Teresa Caldeira (1997 e 2000), os empreendimentos fechados representam uma nova alternativa para a vida urbana: pontuando as características principais dos enclaves paulistas, como barreiras e muros, seguranças fortemente armados e construções incomunicáveis com a rua, Caldeira vê os espaços privatizados como fragmentação urbana, que promovem não só distanciamento dos centros urbanos, mas também isolamento e exclusão.

Porém, não podemos negar que “a vida de seus moradores não se limita à moradia: as mesmas pessoas que decidem habitar os condomínios transitam pelas cidades para trabalhar, fazer compras, se divertir e fazer tratamentos médicos (ANDRADE, 2006:309). Luciana Teixeira de Andrade defende uma imagem diferente “de que os moradores vivem enclausurados” (ANDRADE, 2006:309) onde se interessa pela existência de um estilo de vida próprio e indaga sobre a justificativa apontada em outros trabalhos acadêmicos que veem a violência urbana como única motivação na procura por condomínios fechados. Alegando que a vida de seus moradores não se limita à moradia (ANDRADE, 2006:309), o “viver entre iguais” não significa, de fato, “*aproximar os iguais e afastar os diferentes*” (ANDRADE, 2006: 324). Demonstra, pois, através da pesquisa de campo, que há conflitos legítimos – denunciados pelos próprios moradores – no interior dos condomínios, e também outras respostas pela escolha deste tipo de habitar que não a violência¹⁴. Ao entrevistar moradores com mais tempo de residência nos condomínios selecionados, fica evidente a distinção entre os antigos e os novos condôminos de ordem da representação:

Os primeiros moradores se distinguem dos novos por algumas características que aqueles consideram ausentes nos últimos. A principal

¹⁴ Ao realizar sua pesquisa com os moradores de condomínios fechados de Nova Lima/MG, Andrade constatou que “entre os motivos mais citados da mudança para o condomínio, a tranquilidade aparece em primeiro lugar, seguida do desejo de morar em casa, da qualidade de vida e de morar próximo à natureza. A segurança aparece em quinto lugar.”. (ANDRADE, 2006:316).

refere-se aos motivos que os levaram a buscar o condomínio: os primeiros procuravam um lugar próximo à natureza, enquanto os outros, na visão dos antigos, não se importam com o meio ambiente e estão em busca de segurança e status, o que se traduz em estilos de vida bastante distintos. (ANDRADE, 2006: 317).

O medo é visto como aspecto negativo e a recusa pelos equipamentos de segurança (cercas, muros, câmeras de vigilância, seguranças armados) é algo recorrente. Para os moradores pioneiros, o sentimento de insegurança e medo não tem precedente e o gasto com equipamentos de segurança ou levantamento de cercas, muros ou guaritas sofre resistências, pois significa a perda de uma atmosfera comunitária. A fala de um morador sobre o padrão estrangeiro de habitação é interessante:

O caso do Alphaville é uma ofensa a Minas, no caminho de Ouro Preto, um condomínio americano com arquitetura mexicana. Fizeram aquele muro e hoje o Alphaville ganhou, mesmo com todas as suas coisas boas, o apelido de Carandiru na opinião pública, porque é a própria penitenciária. E não é o que a gente quer. A gente quer ter essa liberdade que a gente vive aqui. Mas há um problema. A gente faz um bairro, um condomínio, faz as ruas, as praças, as áreas, os lotes, mas quem vai dar alma ao condomínio é o morador. (ANDRADE, 2006: 322).

Assim, Luciana Andrade, ao analisar a trajetória dos primeiros moradores e o processo de ocupação de dois condomínios residenciais, afirma que:

O confronto das representações sobre os condomínios revela a importância desse mundo social, muitas vezes simplificado por imagens-síntese como as que o marketing dos condomínios veicula. Com essas diferentes representações não se pretende apenas relativizar as diferenças, mas compreender a natureza dos conflitos e das tensões atuantes nesse “pequeno mundo” dos condomínios. Elas mostram ainda que, apesar da globalização da vida segregada dos condomínios pelos diversos “alphavilles” e “celebrations”, também se encontram expressões particulares e locais, como a desse grupo que, na década de 1970, procurou nos condomínios um lugar para morar e construir um estilo de vida singular, mas que hoje se vê ameaçado pela presença dos “novos-ricos”. (ANDRADE, 2006: 326).

As principais reclamações dos moradores registradas nas entrevistas seguem no sentido do excesso de urbanização e aparelhamentos de segurança, bem como do fim do sossego e da extinção do clima de comunidade. Uma entrevistada afirmou que a convivência com os novos moradores é nula, pois “era mais uma comunidade. Hoje em dia não, hoje em dia já é uma extensão da cidade. Um vizinho não tem muita coisa a ver com o outro.” (ANDRADE, 2006: 318), do que a autora pondera então que “os que chegavam não partilhavam da história do condomínio e da convivência dos antigos (...) [e] reproduziram no

espaço o modo de vida reservado e impessoal dos bairros de Belo Horizonte.” (ANDRADE, 2006: 318). Outro morador foi mais incisivo e enfático ao observar e pontuar diferenças não apenas entre os estilos de vida dos grupos dos “novos ricos” e antigos moradores: afirma que também há distinções intragrupo: para ele, há dois tipos de novos residentes – os que buscam segurança através de dispositivos de controle e os que ainda prezam pelo contato com a natureza.

A autora percorre as condições do fechamento de loteamentos, no que tange a sua infraestrutura e mobilização dos moradores assim como nas questões legais advindas da situação de privatização de áreas públicas que vão de encontro com a situação descrita do Recanto do Rio aqui neste trabalho. A partir da fala de um morador antigo de um condomínio de Nova Lima, que rememora as dificuldades encontradas nos anos 70¹⁵, quando do início do loteamento, acrescenta a necessidade e a importância da mobilização dos moradores em associações que viabilizem planos de ações de melhoramentos estruturais:

Essas associações são imprescindíveis aos condomínios, pois são elas que organizam o seu fechamento e a manutenção interna. Mas há diferentes formas de associativismo. No Alphaville e em condomínios mais recentes, são contratadas empresas que cuidam da administração e segurança interna. Em outros, a administração é feita pelos próprios membros da associação, ainda que mediante a contratação de alguns serviços. A contribuição para a associação é, na maioria dos condomínios, compulsória, uma vez que a associação presta serviços essenciais como cuidar do abastecimento de água, por exemplo. Já em outros, em que os serviços públicos essenciais são providos pelo Estado ou município, a contribuição é voluntária e não conta com a participação de todos os moradores. Mas os que não contribuem acabam se beneficiando igualmente dos serviços mantidos pela associação, como a segurança. (ANDRADE, 2006: 321).

Ao aspecto jurídico da propriedade, Luciana Teixeira de Andrade (2006) nos aponta uma importante observação no que tange a problemática do uso e ocupação do solo urbano:

No Brasil, durante a década de 1990, houve uma proliferação dos condomínios nas áreas periféricas das grandes cidades. No entanto, a expressão ‘condomínio fechado’, utilizada tanto nos textos acadêmicos quanto na mídia e pelos empreendimentos imobiliários, é ambígua e, por isso, produtora de controvérsias. Alguns a consideram inadequada, uma vez que, no sentido estrito e legal do termo, essas formas de morar não são condominiais, porque não há uma propriedade condominial. O que comercializa não são frações ideais, como nos condomínios verticais, mas apenas lotes como nos demais loteamentos e bairros da cidade. A principal diferença em relação a esses é que as ruas, praças, áreas verdes e de equipamento são privatizadas, advindo daí sua ilegalidade (...). (ANDRADE, 2006:306).

¹⁵ Ausência de serviços básicos como água, telefone, energia elétrica

Os condomínios fechados emergem como um tipo de habitação que constitui uma nova forma de “viver”, baseada na “qualidade de vida”¹⁶. Espaço delimitado por muros, eles surgem nas cidades transformando a paisagem e criando outros símbolos e dinâmicas sociais. De acordo com Caldeira (1997), os enclaves fortificados¹⁷ surgem como nova alternativa à vida urbana através de uma “combinação de processos (...) que transformou profundamente o *padrão de distribuição de grupos sociais e atividades econômicas no espaço da cidade*” (1997:156), estabelecendo assim códigos próprios para utilização de equipamentos, espaços e Instituições urbanas. Ao surgimento da privatização da segurança, Teresa Caldeira observa também a invenção de novos serviços domésticos¹⁸

(...) cria alguns problemas, como o controle do grande número de empregados. À medida que o número de trabalhadores de cada condomínio aumenta, que muitos empregados domésticos mudam seu caráter e que “serviços criativos proliferam para as classes médias e alta,, que não querem viver sem eles, diversificam-se também os mecanismos de controle. As “administrações criativas” dos novos enclaves muitas vezes cuidam do gerenciamento do pessoal e estão em posição de impor formas mais estritas de controle que gerariam relações cotidianas insustentáveis se fossem adotadas nas interações mais pessoais entre patrões e empregados domésticos. Esse controle mais “profissional” constitui-se, portanto, num novo serviço e é anunciado como tal. O método básico de controle é direto e inclui dar poder a certos trabalhadores para que controlem outros. (CALDEIRA, 1997: 161)

Tal como na Revolução Industrial, onde a necessidade por uma nova demanda de mudanças tecnológicas cuja finalidade era acelerar o processo industrial de produção (criando assim mais mercadorias para o consumo), a violência e o medo tem sido usados para legitimar, justificar e reproduzir a criação de tecnologias de exclusão social (CALDEIRA, 2000: 2). Dessa maneira, a fala do crime pode ser vista como uma lembrança recente, ainda em formação, fomentada por experiências próprias ou por “acontecimentos vividos por *tabela*” (POLLAK, 1992: 201), tanto influenciada pela memória coletiva como também pelas informações forjadas pelas mídias. Se, para Halbwachs a lembrança é a sobrevivência do

¹⁶ Os termos encontram-se entre aspas por representarem idéias de valor; prevalecem, sobretudo, no discurso cidadão.

¹⁷ “Enclaves fortificados são espaços privatizados, fechados e monitorados para residência, consumo, lazer ou trabalho (...). São propriedades privadas para uso coletivo e são fisicamente isolados e controlados por guardas armados e sistemas de segurança privada que põem em prática regras de admissão e exclusão.” (CALDEIRA, 1997:155 e 159).

¹⁸ Esses novos serviços à que a autora se refere são serviços muitas vezes “vendidos” junto com o condomínio fechado para oferecerem mais conforto e comodidade para seus moradores. Entre os serviços que ela cita no texto, estão desde serviços como clínicas de estética e salões de beleza nas dependências do residencial, personal trainers (e até mesmo personal styles, hoje em dia), assim como o preparo e venda de comida congelada e a contratação de empregados encarregados apenas de fazer compras em supermercados.

passado (BOSI, 1979: 15) então “(...) *lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e idéias de hoje, as experiências do passado (...).*” (BOSI, 1979: 17).

A fala do crime constrói sua reordenação simbólica do mundo elaborando preconceitos e naturalizando a percepção de certos grupos como perigosos. Ela, de modo simplista, divide o mundo entre o bem e o mal e criminaliza certas categorias sociais. (CALDEIRA, 2000: 10).

Para Teresa Caldeira (1997), as cidades contemporâneas apresentam combinações e arranjos cada vez mais arraigados de mudanças sociais que geram novas formas de segregação espacial e discriminação social, implantando uma nova ordem social. Como resposta a estes estímulos, faz-se cada vez mais comum a construção de enclaves fortificados e

isso significa grades e muros ao redor do condomínio, controle das portarias 24 horas por dia e toda uma parafernália de equipamentos e serviços – guaritas com banheiros e telefones, portões duplos nas garagens e guardas armados patrulhando as ruas internas. (CALDEIRA, 1997: 162).

No Brasil, a segurança patrimonial privada surgiu na década de 60, em virtude do aumento de assaltos a instituições financeiras. O principal objetivo era proteger patrimônios, pessoas e realizar transporte de valores. No dia 20 de junho de 1983, a segurança privada ganhou regulamentação específica, com a criação da Lei 7.120, que teve a função de estabelecer normas para o funcionamento das empresas de segurança em todo o país¹⁹. Mas, para Teresa Caldeira:

A privatização da segurança desafia o monopólio do uso legítimo da força pelo Estado, que tem sido considerado uma característica definidora do Estado-nação moderno. Nas últimas décadas, a segurança tornou-se um serviço que pode ser comprado e vendido no mercado, alimentando uma indústria altamente lucrativa. Em meados dos anos 90, o número de vigilantes empregados em segurança privada ultrapassou o de policiais em quase três vezes nos Estados Unidos e em cerca de duas vezes na Grã-Bretanha e no Canadá. (CALDEIRA, 2000: 10).

Os condomínios fechados representam, pois, efeitos negativos para quem está de fora e efeitos positivos para quem é de dentro – para aqueles, estabelecem segregação e privatização da vida coletiva (Magnani, 1998:58); para estes, representam segurança e conforto. Conflitos da sociedade moderna requerem atenção das Ciências Sociais - através de uma análise norteada pela Antropologia, é possível estabelecer mediações entre os efeitos que este tipo de construção causa no cenário da cidade. Há quem veja o confinamento como

¹⁹ Extraído de <http://www.mjrseguranca.com.br/categoria/servicos/>

marcador de desigualdades; há quem veja como “contato com a natureza”. A aparente homogeneidade social no interior dos condomínios fechados esconde a heterogeneidade social que se dá através da inserção dos prestadores de serviço dentro desse espaço. Embora o Recanto do Rio se configure como um espaço privatizado, podemos enxergá-lo em sua dimensão “extra-muros” e afirmar que aja uma segregação mais flexível que é possibilitada não só pelos deslocamentos e convivência dos moradores em outros espaços, mas também pela presença diária de pessoas que por algum motivo ocupam ou transitam pelo local. Assim, podemos afirmar que os trabalhadores, além dos moradores, também compõem um grupo de mediação entre o loteamento com outros espaços da cidade, superando o fechamento físico e social?

1.2. A CIDADE E SUAS GENTES

“A rua já não é mais um lugar por onde se passa; é um local onde se fica.” (LEVI-STRAUSS, 1996:81).

Abordagens sobre o processo de urbanização tendem a reduzir a vida na cidade “*como se as pessoas vivessem encravadas no isolamento dos seus espaços residenciais ou laborais*” (CORDEIRO, 2001:127); destacando sempre o aspecto negativo formulado sobre a perda de relações sociais, contatos e restrição da comunicação que estimulariam “*o confinamento em ambientes e redes sociais restritos*” (MAGNANI, 2002:12). Os discursos acabam por criar estereótipos da cidade, colocando-as, muitas vezes, como lugar de caos e problemas urbanos²⁰; a cidade é muitas vezes revelada como o lugar do medo e da insegurança, discurso que influencia e atenua os medos urbanos (BAUMAN apud Andrade, 2007:24), onde dispositivos de controle e segurança – muros altos, cercas elétricas e vigilância constante – compõem o cenário contemporâneo das metrópoles. Sem ignorar as evidentes transformações nos modos e estilos de vida urbanos, Costa (2003), pondera que

Um certo número de asserções genéricas sobre as cidades contemporâneas, em voga no novo senso comum mediático, tendem a ver nelas, pura e simplesmente, cenários de desolação relacional, dos quais teriam praticamente desaparecido os laços sociais. (COSTA, 2003: 123).

²⁰ Problemas sociais, superpopulação, enchentes, crime, desemprego, segregação, pobreza, falta de moradia, etc.

Quando o assunto é a cidade, Magnani oferece uma importante reflexão ao advertir que *“o problema é que, nas visões correntes, que tomam a cidade como unidade de análise, tende-se a generalizar os efeitos de suas distorções estruturais (...)”* (MAGNANI, 1998:59) propondo que este estudo necessita ser *“capaz de permitir traçar (...) ao menos o movimento de alguns processos urbanos e reconhecer as articulações entre suas dinâmicas”* (MAGNANI, 1998:60). Mas então existe a outra cidade. Ou as outras cidades. Com suas personagens (vizinhas fofoqueiras, o moço da farmácia, o rapaz da faculdade, o trabalhador, a dona de casa), dinâmicas e práticas sociais. Com seus jeitinhos, cadeiras na calçada, mitos, festas, usos e abusos; com suas criações, transformações e apropriações. A cidade, ou estas cidades, não são *“meramente um mecanismo físico e uma construção artificial. (...) A verdade, entretanto, é que a cidade está enraizada nos hábitos e costumes das pessoas que a habitam (...). (PARK, 1973:26 e 33). De caráter vivo, apresenta forma física e social, podendo ser vista tanto na sua organização física – sua estrutura – na disposição das casas em quadras, quarteirões, avenidas, canteiros, viadutos, distribuição de postes e semáforos; como na sua organização social – sua dinâmica – nos hábitos, costumes, nos usos, apropriações e significações que os sujeitos (individuais ou coletivos) fazem dos espaços da cidade. Assim:*

O cotidiano das cidades é produto, ao mesmo tempo, das práticas globais e locais, da atuação dos agentes públicos e privados, da presença do Estado e do mercado, num intercruzamento de lógicas que se superpõe e interfluenciam. Mas é na capacidade de produzir e recriar os vínculos sociais, as formas de sociabilidade e de urbanidade que se deve procurar entender a lógica das cidades e de seus diferentes territórios, incorporando a história, as práticas sociais, a participação popular, a luta pela superação dos efeitos perversos da segregação socioespacial. (BÓGUS, 2007:9).

Questões que classificam a cidade como algo sem subjetividade e práticas sociais acabam por descaracterizar as ações dos moradores – legítimos atores sociais – considerando, neste caso, apenas os *“representantes do capital e das forças do mercado: financistas, agentes do setor imobiliário, investidores privados”* (MAGNANI, 2002:15) além de planejadores urbanos, arquitetos, engenheiros e intelectuais a serviço do capitalismo e da redução da vivacidade urbana. Mas a cidade, geralmente tida como o campo da diversidade e das divergências, propicia oportunidades e contatos; no sentido oposto de classificar os habitantes passíveis das forças coercitivas dos interesses do capital, podemos representá-los pela figura do cidadão, *“em suas múltiplas redes, formas de sociabilidade, estilos de vida, deslocamentos, conflitos, etc.”* (MAGNANI, 2002:15), constituindo assim, o *“elemento que em definitivo dá vida à metrópole”* (MAGNANI, 2002:15).

O espaço como ambiente construído tem a cidade como local privilegiado para se articular às atividades sociais, políticas e econômicas urbanas (GOTTIDIENER, 1993:28). A cidade é palco para conflitos, sociabilidade, engajamento, idas e vindas, criação e disseminação de símbolos e referências (tendências como moda, estilos arquitetônicos, tecnologia de ponta, informações), troca, convivência que ditam os usos (e até desusos) dos espaços públicos e privados. Além disso, Mark Gottidiener (1993) indica que a segregação espacial está prevista na própria condição plural do espaço e na formação e articulação das relações sociais; mormente as metrópoles têm organização espacial desigual e mutável de acordo com influências da sua natureza capitalista. Podemos concluir ainda que a cidade, conforme Luciana Teixeira de Andrade:

(...) constitui uma unidade fundada na diferença. Isso é o que a distingue dos pequenos grupos, cujos membros não são unidos pela semelhança. A diferenciação tem como causa a divisão do trabalho e a consequente especialização dos indivíduos. (ANDRADE, 2007b: 114).

O espaço urbano entendido como um produto social é resultado de ações constituídas ao longo do tempo e concebido por agentes sociais; faz parte de um processo histórico e social, onde estão impressas práticas cidadinas que levam a uma constante reorganização espacial da cidade (CORREA, 1989 e DA MATTA, 1997). Podemos partir da ideia de Roberto Lobato Corrêa, que além de ser reflexo e condicionante social (CORRÊA, 1989:9) o espaço urbano é constituído por um conjunto fragmentado de diferentes usos do solo que coexistem caracterizando áreas como o centro da cidade, os centros empresariais e industriais, áreas residenciais, as áreas de serviços bancários ou hospitalares, as áreas de lazer, entre outras, dividindo-se em termos de forma e conteúdo social (1989:7).

(...) por ser um reflexo social e fragmentado, o espaço urbano, especialmente o da cidade capitalista, é profundamente desigual: a desigualdade constitui-se em característica própria do espaço urbano capitalista. (...) por ser reflexo social e porque a sociedade tem a sua dinâmica, o espaço urbano é também mutável, dispondo de uma mutabilidade que é complexa, com ritmos e natureza diferenciados. (CORRÊA, 1989:8)

Observando as qualidades plurais e dialéticas do espaço proposta pela teoria de Lefebvre, Gottidiener assinala que “o espaço não pode ser reduzido apenas a uma localização ou às relações sociais da posse de propriedade – ele representa uma multiplicidade de preocupações sociomateriais.” (GOTTIDIENER, 1993:127). De natureza multifacetada, o espaço pode se apresentar em formas de consumo (propriedade privada, terra, promovendo hierarquia e subordinação e implantando valor de troca), de instrumento político

e como um elemento para a luta de classes. Em suma, compreender tais qualidades requer um esforço para não restringir o valor do espaço como produção de mercadoria, com valor meramente comercial, considerando que as relações socioespaciais são ao mesmo tempo produto e produtoras dos modos de produção. O valor de uso e o valor de troca, termos utilizados pelo autor pra se referir à produção do espaço, engendram “*tanto um espaço social de usos quanto um espaço abstrato de expropriação.*” (GOTTIDIENER, 1993:131).

Muito embora autores marxistas afirmem que a cidade capitalista privilegia as reproduções de classes sociais e seus consequentes conflitos, a construção do espaço não se resume á disputa pelas lutas de classe. Mesmo numa cidade capitalista, cada grupo social desempenha um papel que reflete nas formas espaciais da cidade, transformando-a e renovando-a num ritmo constante e de acordo com seus interesses. Os agentes sociais referidos por Roberto Lobato Corrêa (proprietários dos meios de produção, proprietários fundiários, promotores imobiliários, Estado e grupos sociais excluídos) não atuam isoladamente na produção espacial. Reduzindo o papel e a ação dos cidadãos em grupos sociais excluídos, este autor acaba por confiná-los nas favelas e periferias da cidade, onde, apesar de seus movimentos de idas e vindas pela cidade, de seus deslocamentos diários, estão condicionados exclusivamente às forças (e vontades) do Estado, proprietários dos meios de produção, proprietários fundiários e promotores imobiliários. Entretanto, sem ignorar que “o dado da experiência cotidiana mostra um quadro de contrastes exacerbado pela heterogeneidade e desigualdade social e cultural, pela fragmentação e compartimentação de espaços de moradia” (MAGNANI, 1993: 2) e o caráter segregacional que a relação centro-periferia imprime na cidade, cabe ponderar que

não se pode ler a cidade a partir de um eixo classificatório único: é preciso variar os ângulos de forma a captar os diferentes padrões culturais que estão na base de formas de sociabilidade que existem, coexistem, contrapõem-se ou entram em confronto no espaço da cidade. (MAGNANI, 1993: 4)

Com a perspectiva de espaço como ambiente socialmente construído e dotado de significados (DA MATTA, 1997) esta ideia condiz ao valor de uso agregado e à sua transformação através de indivíduos coletivos (ou por agentes sociais, ou ainda, pela comunidade), além de expressar proximidade, reconhecimento e possibilidade de participação através da reprodução de fenômenos como reciprocidade, estabilidade e afeição. O aprofundamento em tal perspectiva a partir da leitura de Michel de Certeau (1994 e 1997), que propõe o espaço como resultado da prática cotidiana (De Certeau, 1994) e de Georg Simmel (2006), que vê na sociabilidade a dinâmica do social através da interação entre indivíduos que

ocorre em diferentes espacialidades e temporalidades, contribui no entendimento da construção de espaços privatizados e seus consequentes efeitos na mobilidade e comunicação tanto na estrutura física urbana, como na sua estrutura social urbana.

Michel de Certeau afirma o espaço como *“um lugar praticado”* (DE CERTAU, 1994:202) e esta prática é um relato social da ordem espacial que organiza os lugares através de ações narrativas sobre as experiências cotidianas onde o lugar sempre indica posições, estabilidade e situações e o espaço expressa ação e movimentos. *“Assim, a rua geometricamente definida por um urbanista é transformada em espaço pelos pedestres.”* (DE CERTAU, 1994:202). Sugerindo uma ligação entre cotidiano e espaço, De Certeau, quando da sua pesquisa sobre a vida cotidiana de um bairro em Paris, enfatiza não em recortes dos objetos do campo empírico (desmembrando suas partes da cidade), mas sim nas *“relações entre objetos, bem exatamente estudando o nível que une o espaço privado ao espaço público.”* (DE CERTAU, 1997:38). Com isso vê o bairro como campo por excelência da organização da vida cotidiana, registrando a convivência como um comportamento que

Representa um compromisso pelo qual cada pessoa, renunciando à anarquia das pulsões individuais, contribui com sua cota para a vida coletiva, com o fato de retirar daí benefícios simbólicos necessariamente protelados. Por esse “preço a pagar” (saber “comportar-se”, ser “conveniente”), o usuário se torna parceiro de um contrato social que ele se obriga a respeitar para que seja possível a vida cotidiana. (DE CERTAU, 1997:39).

Como bem adverte Roberto da Matta (1997), a mediação entre casa e rua – público e privado – é delimitada por um sistema de espaços que possibilita não só classificar os espaços urbanos nessa dualidade, mas também *“emoldurar a vida social num sistema fixo de valores e poder”* (DA MATTA, 1997: 44) ao sinalizar espaços de trocas (atividades comerciais) e espaços de poder (atividades políticas), eternos e transitórios, legais e mágicos, individualizados e coletivos (DA MATTA, 1997: 43). Para tal, é necessário compreender ainda que casa e rua (e podemos pensar aqui em casa e local de trabalho) possuem um sentido bem mais amplo que espaço físico ou geográfico:

representa um compromisso pelo qual cada pessoa, renunciando à anarquia das pulsões individuais, contribui com sua cota para a vida coletiva, com o fato de retirar daí benefícios simbólicos necessariamente protelados. Por esse “preço a pagar” (saber “comportar-se”, ser “conveniente”), o usuário se torna parceiro de um contrato social que ele se obriga a respeitar para que seja possível a vida cotidiana. (CERTAU, 1997:39).

Apesar de o bairro ser tratado como centralidade para estabelecer laços de pertencimento e de convivência, as atividades cidadinas diárias (ou esporádicas) não se resumem e nem se restringem ao ambiente doméstico, de origem. Assim, os empregados que se interagem em um condomínio fechado, por exemplo, não necessariamente se conhecem através de vínculos estabelecidos no cotidiano dos seus bairros e tampouco estão em lugar que lhes sirvam como ponto de referência, mas se reconhecem. E, se a “dinâmica de um espaço não se esgota no seu perímetro” (MAGNANI, 1993:5), pode-se afirmar o espaço como produtor de relações sociais e culturais quando ele extrapola sua forma física e adquire um status simbólico e identitário que engendra contatos, (re) conhecimento e compartilhamento de valores, gostos, preferências. A dimensão social atribuída ao espaço é inquirida através do nível de relação que o cidadão tem com o espaço onde se situa e resulta da experiência urbana, que faz com que as pessoas atravessem e usem diversos lugares da cidade (e de outras cidades!) estabelecendo, em maior ou menor grau, relações de uso ou simplesmente de passagem.

Enfocar a análise na questão das experiências sociais permite compreender aspectos como a produção do espaço e a construção de sociabilidade. A transformação do espaço em lugar e suporte de sociabilidade (MAGNANI, 1993) e a organização da sociedade em sociações²¹ (SIMMEL, 2006) que permitem interação e convivência fazem parte de uma dinâmica social que inclui processos de apropriação, utilização e interpretação do ambiente, apresentando dimensões físicas e socioculturais, bem como aspectos econômicos e geográficos. As práticas urbanas revelam as múltiplas dimensões dos usos dos espaços – há espaços para morar, circular, trabalhar e se divertir – e a criação desses espaços representam os interesses dos habitantes. Porém, nem sempre são espaços delimitados - podem sobrepor-se ou se mesclar. Afinal, a empregada trabalha no mesmo espaço onde seus patrões habitam.

Finalmente, esta apresentação pautada no debate de que o espaço é formado pelas relações nele constituídas, nos leva a refletir sobre as interações e situações tecidas pelos cidadãos no contexto macro espacial da cidade; interagindo em vários contextos – o da família, da igreja, do lazer e do trabalho, entre tantos outros – “*as ações do cidadão fazem a própria cidade*” (AGIER, 2011:17). Pois então, o que dizer sobre as relações observadas entre os funcionários, empregadas domésticas e demais prestadores de serviço que ocupam e

²¹ Para Simmel, “A sociação, é, portanto, a forma (que se realiza de inúmeras maneiras distintas) na qual os indivíduos, em razão de seus interesses – sensoriais, ideais, momentâneos, duradouros, conscientes, inconscientes, movidos pela causalidade ou teleologicamente determinados –, se desenvolvem conjuntamente em direção a uma unidade no seio da qual esses interesses se realizam. Esses interesses sejam eles sensoriais, ideais, momentâneos, duradouros, conscientes, inconscientes, casuais ou teológicos, formam a base da sociedade humana.” (SIMMEL, 2006:60 e 61).

transitam o interior do loteamento Recanto do Rio? A dedicação em analisar as relações – mesmo que temporárias ou esporádicas e pontuais – prestará suporte para verificar quais as formas de apropriação, interpretação e utilização do lugar que se estabelecem a partir do residencial. Mais permeável e poroso do que se pensa e do que é tratado pela bibliografia sobre condomínios fechados, este espaço é espaço não só de moradia, mas também de trabalho. É espaço de encontros. E nem sempre desejáveis. É espaço legítimo para conflitos, tensões, negociações e claro, sociabilidade!

CAPÍTULO 2 – PRATICANDO A SOCIABILIDADE

2.1. A SOCIABILIDADE, NA TEORIA.

Sumariamente, sociabilidade pode ser entendida como o *“modo como se organiza a sociedade através de uma associação básica”* (FRÚGOLI, 2007:9), livre de propósitos e interesses, desprovida de formalidades e objetivos concretos; a sociabilidade também não exige do indivíduo engajamento ou conhecimento das regras, nem seu cumprimento. De ordem prática e cotidiana, a sociabilidade pode ser traçada em relação com o espaço através das experiências urbanas; pode-se atribuir ao espaço a dinâmica do movimento e da passagem, de maneira que pode se referir ao lugar como pausa e pertencimento, onde algo se transforma ou se cria. Assim, o espaço *“se transforma em lugar à medida que, dotado de vivências, passa a atuar como referência ou identidade dos sujeitos que o experienciam (...)”* (ANDRADE, 2007: 24).

A interpretação da cidade e do entorno onde se situa o indivíduo depende do domínio que este tem da cidade como um todo, da sua vivência urbana e dos momentos de relação e interação – social e espacial – que estabelece ao longo de sua trajetória. Não é raro se deparar com discursos em que os indivíduos exprimem a imagem que tem de si – enquanto cidadão e agente social – e da cidade – enquanto espaço físico e social – demonstrando a construção de lugares e redes de sociabilidades. O espaço urbano, que se caracteriza a *“partir de três termos-chave: a rua de moradia, a família e as redes”* (AGIER, 2011:84), torna-se verdadeiramente urbano quando os indivíduos têm a capacidade e a oportunidade de transitar pelos mais variados territórios da cidade.

Georg Simmel (2006) trata dos fenômenos típicos de uma metrópole no início dos anos 1900, mas que podem ser utilizados para dar suporte às análises das cidades contemporâneas: a metrópole, para este autor, é local por excelência da liberdade, disposta por áreas espaciais amplas e extensas; sede do cosmopolitismo, a cidade grande permite a produção tanto econômica como intelectual, além da construção das diversas redes sociais. A necessidade de estar junto, de pertencer a algo e de estar em sociedade dá origem à sociabilidade entre os indivíduos da sociedade. Assim, Simmel define a sociabilidade como uma das formas de sociação, onde:

O que é autenticamente “social” nessa existência é aquele ser com, para e contra com os quais os conteúdos ou interesses materiais experimentam uma forma ou um fomento por meio de impulsos ou finalidades. Essas formas

adquirem então, puramente por si mesmas e por esse estímulo que delas irradia a partir dessa liberação, uma vida própria, um exercício livre de todos os conteúdos materiais; esse é justamente o fenômeno da sociabilidade. (SIMMEL, 2006: 63 e 64).

Temporariamente a sociabilidade consegue limitar a ação livre e personalista do indivíduo – suas emoções e impulsos – promovendo assim a “*autorregulação do indivíduo* em sua relação com os outros, e num nível em que nenhum interesse egoísta, externo ou imediato possa assumir a função reguladora.” (SIMMEL, 2006: 66). Tal fenômeno exige, então, que nos comportemos como ser social e não como ser individual. Ou seja, Simmel vê na sociabilidade a solução, ao menos momentânea, para o “*maior problema da sociedade*”²² (SIMMEL, 2006: 65) ao estabelecer:

Quando os interesses reais, em cooperação ou colisão, determinam a forma social, eles mesmos já cuidam para que o indivíduo não apresente sua especificidade e singularidade de modo tão ilimitado e autônomo. Mas onde essa condição não ocorre, é necessário que o refreamento se dê apenas a partir da comunhão com os outros, outra maneira de redução da primazia e da relevância da personalidade individual. (SIMMEL, 2006: 66)

A interação entre os indivíduos diferentes da sociedade, entretanto, é uma dinâmica que permite recusa ou aceitação; é mais uma escolha do que uma condição ou imposição. A interação, espontânea e recíproca, exige do indivíduo sociável que se comporte como tal, que tenha atitudes em sociedade e não individualmente, para que sejam, de fato, iguais no momento da sociabilidade. Na verdade, pode-se propor a sociabilidade como um jogo de interação conduzido pela conversa, cuja finalidade não é o que falar, mas simplesmente falar – visto como uma arte pelo autor, a conversa é um suporte desta interação social, cuja finalidade é entreter. Simmel esclarece:

(...) qual o peso e o significado do indivíduo como tal na circunstância social e diante desta? À medida que a sociabilidade, em suas configurações puras, não tem qualquer finalidade objetiva, qualquer conteúdo ou qualquer resultado que estivesse, por assim dizer, fora do instante sociável, se apoiaria totalmente nas personalidades. Nada se deve buscar além da satisfação desse instante – quando muito, de sua lembrança. Assim, o processo permanece exclusivamente limitado aos seus portadores, tanto em seus condicionantes quanto em seus efeitos. (SIMMEL, 2006: 66)

²² Em relação ao “*maior problema da sociedade*” podemos encontrar a resposta no artigo de SIMMEL, “Die Großstädte und das Geistesleben”, cuja tradução foi publicada como “As grandes cidades e vida do espírito (1903)” na Revista Mana em 2003: “Os problemas mais profundos da vida moderna brotam da pretensão do indivíduo de preservar a autonomia e a peculiaridade de sua existência frente às superioridades da sociedade, da herança histórica, da cultura exterior e da técnica da vida (...).”

Sendo assim, a sociedade é continuamente constituída pelos indivíduos por meio de interações determinadas pela reciprocidade. A cidade, como “*rede das redes*” (HANNERZ apud AGIER, 2011: 79), admite uma série de contatos (com estranhos ou não), trocas, encontros e desencontros, de conflitos, de restrições e de oportunidades e acessos. A organização espacial e social da cidade propicia fluxos e deslocamentos, limitados ou não, onde é possível que atores sociais de condições (FRUGOLI, 2007:23) e interesses diversos dividam ou ocupem o mesmo lugar, aproximando ou distanciando-os social e idealmente.

Decorre daí outra característica cotidiana da vida social entre estranhos nas metrópoles modernas: a relação ambígua entre proximidade corporal e distância espiritual – relida como proximidade física e distância social, pela Escola de Chicago – visível antes de tudo na própria configuração urbana da época: a multidão nas ruas e bulevares, a concentração habitacional, o uso dos novos transportes coletivos, bem como nos inúmeros espaços de contato em distintas situações, onde formas de sociabilidade se revestem de importância, por representarem uma dimensão de interação decisiva, num contexto moderno potencialmente libertador, mas simultaneamente labiríntico e objetivado. (FRUGOLI, 2007:15)

O espaço público, tal como a sociabilidade, permite (ou prevê) um espaço (um momento, um período) de igualdade cuja função é propiciar diversidade e encontros entre diferentes (ANDRADE, 2007b: 115), onde há o reconhecimento e não conhecimento no encontro entre duas (ou mais) pessoas que transitam no mesmo espaço público; é um ritual urbano de interação e aproximação “que torna possível a vida entre estranhos” (Id, ibidem: 115) e “*o que se compartilha nos encontros públicos são informações, percepções, conversas públicas.*” (Id, ibidem: 116). Entretanto, Luciana Teixeira de Andrade esclarece que, apesar desta qualidade, “*o espaço público não é uma esfera imune às desigualdades, por isso mesmo é também o lugar do conflito, das disputas cotidianas, do exercício do poder de um grupo sobre outro, da inclusão de uns e exclusão de outros.*” (Id, ibidem: 114). De caráter dinâmico, a cidade em suas formas físicas e sociais, tem o espaço público como o espaço por excelência da vida social;

por isso, não lhe basta a existência meramente física, é necessário que os habitantes o ocupem e lhe confirmem o status de público. Tampouco lhe basta a definição jurídica de aberto a todos, ele precisa ser efetivamente apropriado por todos, pois são os cidadãos que o tornam público. (ANDRADE, 2007b: 114).

O conceito de sociabilidade cunhado por Georg Simmel adquiriu reformulações pela Escola de Chicago, ganhando novas dimensões e significados ao propor uma concepção

espacializada do social e socializada do espaço (FRÚGOLI, 2007), surgindo então estudos empíricos no contexto urbano sobre relações de vizinhança, guetos, comunidades estrangeiras e sobre outras organizações sociais emergentes das primeiras décadas do século XX; assim, essa releitura pode ser “*entendida como uma consideração de modos, padrões e formas de relacionamento social concreto em contextos ou círculos de interação e convívio social.*” (EUFRASIO apud FRÚGOLI, 2007:17). Portanto:

As conexões estabelecidas por Simmel entre sociabilidade e cidade moderna vieram assim a adquirir contornos, digamos, mais concretos – como convivência, interação, socialização e associação – e localização espacial mais precisa. (FRUGOLI, 2007:18).

A Escola de Chicago vê a cidade como lócus estratégico e privilegiado para se observar e refletir sobre as dinâmicas sociais; com seus múltiplos espaço, é possível “*tomar a cidade como um laboratório de análise da mudança social*” (FRÚGOLI, 2007:17) com o foco voltado para a sociabilidade nascida de “*um encontro público, ligado à capacidade de cada sociedade de fazer com que os vínculos sociais ganhem consistência. Tendo em vista, portanto, que o cidadão circula por mundos diferentes, contíguos, porém distintos*” (FRÚGOLI, 2007:48). Por esses deslocamentos – e pelo trânsito diário entre os múltiplos espaços urbanos – “*a cidade torna-se essa unidade desconcertante de um espaço físico de locomoção e de um espaço abstrato de comunicação que costumamos chamar de espaço público (...).*” (JOSEPH, apud FRÚGOLI, 2007:49).

Diante disso, podemos ajuizar que o trajeto percorrido cotidianamente pelos cidadãos revela as situações de interação²³ que estes arquitetam na cidade e com a cidade. Portanto, resulta da circulação dos indivíduos pelos diversos espaços urbanos que as relações sociais estabelecidas entre a casa e a rua – ou na costura entre espaço e trajeto (AGIER, 2011:113) – desenvolvam-se através da construção de redes, ou, nas palavras de Michel Agier, em sociabilidades alargadas (AGIER apud FRUGOLI, 2007:51). Tal conceito de rede empregado por Michel Agier compreende

(...) o modo como esses indivíduos constroem redes mais amplas de relação, com base em vínculos de parentesco (...), vizinhança, lazer ou associativismo, nas quais se estabelecem níveis intermediários de vida

²³ “Se a região moral permite à análise aceder a uma compreensão do caráter relativo e incerto das fronteiras espaciais e identitárias da cidade, a abordagem situacional, por seu lado, des-espacializa ainda mais a pesquisa urbana: liberta o observador do constrangimento monográfico habitual à etnografia. Porque não são os limites espaciais que definem a situação, mas os da interação.” (Michel Agier 2011:73). Assim, Michel Agier propõe pensar a situação como a tríade indivíduo, espaço e sociabilidade que descreve “os diferentes momentos da relação dos cidadãos com sua cidade e dos cidadãos entre si, na cidade.” (AGIER, 2011:92).

social, situados entre o mundo doméstico de tais cidadãos e as instituições ou macroestruturas mais abrangentes. (FRUGOLI, 2007:50)

Como bem adverte Frúgoli (2007:7), a sociabilidade é possível porque o cidadão – o personagem da cidade – ocupa e se desloca pelos espaços urbanos e seus diversos territórios, e apesar da cidade ser um grupo grande de desconhecidos (ANDRADE, 2007b: 115), consegue estabelecer relações de proximidade e distância com outros cidadãos justamente pelo caráter dinâmico do urbano, que permite usos cotidianos e apropriações que não se limitam a um espaço específico; sendo assim, os usos das áreas urbanas e dos espaços não se limitam a suas funções e estruturas físicas. Como suporte da produção e regulação da vida social (COSTA, 2003:123), os processos interacionais estão presentes

nos contextos privados e nos espaços públicos, no trabalho e na família, na escola e nos transportes, nos serviços de saúde e nas actividades desportivas, nas associações e na política, nos espaços de residência e intimidade, de consumo e lazer, em tantos mais. (COSTA, 2003:123).

Com isso podemos pensar na relação forjada entre os trabalhadores de condomínios fechados: convivendo diariamente, ou por um tempo determinado, num mesmo espaço físico, os funcionários dispõem de oportunidades para se aproximarem e estabelecerem o mínimo de contato? Como se dá essa aproximação e o estabelecimento de contato e interação? A conversa momentânea, mantida durante o trajeto até o ponto de ônibus ou no percurso casa/trabalho/casa é suficiente para garantir laços mais profundos de sociabilidade? Para Agier, o antropólogo:

deve libertar-se da limitação vinculativa das referências espacial e institucional a fim de poder construir quadros de pesquisa interacionais e intersubjetivos, apreendidos em situação. O antropólogo fica totalmente móvel quando, num terceiro tempo, se apoia sobre as diferentes situações para “ver” e “seguir” as redes sociais que operam, in situ. É nesse momento que ganha todo o sentido o princípio de articulação das situações na vida dos cidadãos, que permite reconstruir a coerência das redes em diferentes ocorrências da vida urbana. (AGIER, 2011:78).

A forma pela qual uma conversa entre desconhecidos se inicia no ponto de ônibus, com um simples comentário sobre a demora do transporte, e que termina falando sobre vários outros assuntos é um exemplo corriqueiro de como “nasce” a sociabilidade entre as empregadas domésticas observadas durante o campo. A conversa está a serviço de inúmeros assuntos e finalidades das relações humanas, tendo na sociabilidade o caráter de entretenimento sociável (SIMMEL, 2006: 75) podendo ser facilmente desfeita ao simples

toque do celular, com a chegada do ônibus ou, ainda, com a chegada do destino de um dos interlocutores. Vários são os estímulos para a interação entre as pessoas e os grupos, fazendo com que o “*ser humano entre, com os outros, em uma relação de convívio, de atuação com referência ao outro, com o outro e contra o outro, em um estado de correlação com os outros.*” (SIMMEL, 2006:60).

2.2. “CONVERSA BOA” – A SOCIABILIDADE, NA PRÁTICA.

O emprego da etnografia e das entrevistas permitiu verificar as formas de sociabilidade entre os funcionários e selecionar os trabalhadores para conhecer seus locais e suas funções de trabalho²⁴. Ao contrário do que comumente ocorre em outros condomínios, porteiros, seguranças funcionários de serviços gerais e administrativos não são terceirizados e possuem postos fixos de funções (mas que são passíveis de mudança frente a uma promoção). Um viveiro, uma praça e o ponto inicial do circular interno (assim como o próprio circular e o ônibus de linha) foram apontados como locais por excelência de interação e da sociabilidade para os funcionários locais e para as domésticas. Além desses, observei que as duas cabines da portaria principal são também um espaço para se jogar conversa fora – das vezes que eu passei por lá pude ouvir risadas, conversas sobre o futebol, sobre programas de TV; já no prédio onde o escritório administrativo funciona, bem na entrada do loteamento, as relações entre os que ali trabalham parecem bem mais profissionais e hierárquicas. Assim foi possível verificar também as diferenças entre as categorias de funcionários que comumente trabalham dentro do condomínio. Conforme Magnani:

A simples estratégia de acompanhar um desses indivíduos em seus trajetos habituais revelaria um mapa de deslocamentos pontuado por contatos significativos, em contextos tão variados como o do trabalho, do lazer, das práticas religiosas, associativas etc.. (MAGNANI, 2002: 17).

Através da pesquisa de campo foi possível identificar que há duas principais categorias de trabalhadores que “ocupam” o loteamento: domésticos e locais²⁵. Realizada entre os meses de abril e outubro de 2011, foram realizadas ao todo seis entrevistas com as empregadas domésticas e com os funcionários do loteamento – os locais foram diversos: a sede da

²⁴ É interessante notar que as entrevistas com as empregadas foram sempre marcadas por elas numa terça-feira, por ser um dia de menos trabalho. Já com os funcionários locais, os dias escolhidos eram segunda e sexta. O horário preferido para a realização das entrevistas geralmente foi entre 08h30min e 9h da manhã.

²⁵ Para melhor identificar os grupos de trabalhadores entrevistados, usarei o termo local para fazer referências aos trabalhadores do próprio condomínio.

administração, o viveiro, as casas onde as empregadas trabalham e o transporte coletivo (momento no qual acompanhei o trajeto de uma das domésticas até o centro da cidade).

Indicado pelo subgerente como o “habitat *da peãozada*” e pelo encarregado da segurança como “*o canto da gauchada*”, o viveiro²⁶, “*um lugar feio*”²⁷, é bem distante da portaria principal, praticamente nos limites do Recanto do Rio (de lá se vê a Rodovia Dom Pedro); é um terreno grande, dividido em duas partes, uma com um barracão, onde ficam as ferramentas e a oficina de conserto de veículos e equipamentos diversos e também onde também os funcionários de serviços gerais – a “peãozada” – almoçam, descansam e... fazem churrasco (quando eu fui lá, tinham assado um porco que apareceu no loteamento), confraternizações com outros funcionários locais²⁸ e jogam baralho. Do outro lado, há uma estufa e composteira, onde, inclusive, os funcionários estavam trabalhando no momento da minha visita. Enquanto um operava o trator, cerca de oito funcionários auxiliavam, removendo e revirando o excesso de terra. Percebi que minha presença ali gerou curiosidade, pois quando o Otávio (o segurança que me acompanhou até o local) chamou um dos auxiliares para dar entrevista, os outros vieram juntos, deixando o condutor da máquina sozinho.

Cabe esclarecer que na ocasião da entrevista com os auxiliares de serviços gerais (Vô e Fino), a entrevista acabou sendo feita de maneira coletiva: as perguntas foram respondidas por dois funcionários, já que o Fino se aproximou para conversar com o Vô e acabou participando da conversa. Mas durante a nossa conversa, outros funcionários se juntaram aos colegas e acabaram fazendo comentários rápidos acerca das narrativas da dupla sobre os churrascos realizados pelo grupo aos finais de semana. É interessante observar e contrastar tal situação com a ocasião da entrevista com o subgerente que, mesmo contando com mais de uma pessoa no escritório, estas não participaram em momento algum da conversa, a não ser quando a gerente interrompeu a entrevista para lembrá-lo do compromisso marcado para o fim da manhã.

²⁶ Entretanto, os encarregados da manutenção não têm suas funções limitadas a este espaço – estão sempre se locomovendo pelo loteamento, realizando os mais diversos serviços de reparo e limpeza. Por esta razão, contam com um carro para transporte próprio, não ficando dependente aos horários restritos do circular; como acabam não utilizando o ônibus interno nem para chegarem ou irem embora do Recanto do Rio, eles não estabelecem contato com os motoristas (que são terceirizados) e nem com as empregadas domésticas.

²⁷ Essa foi a descrição dada pelo Sérgio, para se referir ao local.

²⁸ Quando da entrevista com Sérgio, o subgerente operacional, perguntei se havia algum lugar dentro do Recanto do Rio onde os funcionários poderiam se reunir para conversar ou para uma pausa no trabalho. Ele me informou que só quem descansa mais são os funcionários da manutenção (serviços gerais), pois o serviço deles é “*diferente*” e eles têm o galpão como “*quartel general*”. Além disso, por ser o “*habitat natural da peãozada*”, as confraternizações de fim de ano são feitas lá, para que eles se sintam a vontade e participem da festa: a gente já chamou pra vir aqui no salão social uma vez, mas eles não desceram, eles não gostam.



Figura 6 – Barracão do viveiro, onde além de oficina, serve também como refeitório e descanso.



Figura 7 – Funcionários de serviços gerais em uma pausa do trabalho, no viveiro. Foto: arquivo pessoal, agosto/11.

Marcado pela itinerância, a sociabilidade entre as domésticas ocorre, sobretudo, no percurso até o local de trabalho ou de moradia: é quando as redes de troca e informação se estabelecem, a fofoca acontece e as reclamações contra seus patrões se legitimam. A simples tarefa de perguntar o horário do ônibus pode ser motivo para conversa começar e “dar pano pra manga” pra futuras relações. Dependendo essencialmente do ônibus urbano, do fretado ou do circular interno, as empregadas tem como “ponto de encontro” os meios de transporte; não foi raro observar contatos iniciais, coleguismo ou amizades antigas. O tempo de espera e o de percurso é por vezes preenchido com conversas sobre novela, família, religião, trabalho, manchetes do dia ou da semana e a ineficiência dos serviços públicos. Conhecedoras dos horários dos transportes, elas sabem informar como ninguém a que horas o circular vai passar e qual motorista estará conduzindo o ônibus. Basicamente não mantêm nenhum contato com os funcionários do loteamento, salvo quando os seguranças passam fazendo a ronda e as cumprimentam ou quando algumas delas se “*engraçam com os porteiros*”²⁹; entretanto, nas minhas andanças de circular pela imensidão do Recanto do Rio, conheci dois motoristas que além de se despedirem das empregadas que chegavam a seu destino final, ainda buzina e cumprimentava as empregadas que encontravam andando na rua ou na frente das casas onde trabalham, sabendo dizer seus nomes, se mudaram o horário de expediente ou se mudaram de patrão. Habitualmente, é possível ver as empregadas “aos montes” entre as 06h30min e 9h da manhã seja esperando pela linha 3.92, seja na chegada ao Recanto do Rio, quando ainda esperam pelo circular interno; no período da tarde, no sentido de volta, o movimento começa às 14h, atingindo seu horário de pico às 16h.

Mas, para, além disso, a praça que fica em frente da casa onde trabalha uma das empregadas entrevistadas também serve ponto de encontro – muitas babás e domésticas passam por lá para levar os filhos dos patrões para brincar e aproveitam para colocarem “o papo em dia”. Quando fui entrevistá-la, depois de descer no lugar errado e me perder pelas ruas do condomínio (e atrasar o encontro em vinte minutos), finalmente a encontrei, nessa praça, conversando com as empregadas que lá estavam sobre o nosso desencontro. Ao nos encontrarmos, ela me apresentou pras mulheres que lá estavam, dizendo que tinha me achado e que eu tinha me perdido. Comentários como “ah, minha filha, aqui é grande mesmo e tem motorista que não conhece as ruas pra cá” e “até que fim” foram preferidos juntos com

²⁹ As três entrevistadas, sem exceções, disseram que tem domésticas que se envolvem com os porteiros por simples amizade ou com segundas intenções.

palmas e cumprimentos. Ao final do expediente, entretanto, é lá que muitas se encontram para irem embora ou esperaram pela van³⁰.

Quando é dez pras quatro ele [referindo-se a van] vem buscar de volta, eu espero ele naquela pracinha onde a gente passou, ele passa aqui na porta, mas eu espero na pracinha pra conversar com as meninas porque a tarde fica um monte de menina que vem no ônibus comigo, tem um monte de empregada que vem comigo, (...). (Lourdes, entrevista realizada em 14/06/11).

E foi esperando ônibus por mais de uma hora (achando que eu sabia dos horários) que eu conheci a simpática Cidinha, uma das empregadas que acabei entrevistando “oficialmente” depois do nosso primeiro contato. Ao sentar do meu lado, começou a falar do tempo quente e da demora do ônibus: “*Vou te contar viu, desde cedo na cidade fazendo exame e só agora to indo pro trabalho. Nem compensa ir pra casa pra ter que vir trabalhar no sábado. Ficar em casa abundada no sofá pra que?*”. Conversamos daí sobre a demorada espera pelo ônibus, o que eu estava indo fazer no Recanto do Rio, sobre minha pesquisa, o que resultou em conseguir o contato do Eduardo – o motorista da van que ela usa normalmente para ir trabalhar – e claro, o dela também.



³⁰ Existe um serviço de transporte fretado, particular, feito por vans que fazem o percurso Centro/Recanto do Rio. É uma alternativa ao ônibus de linha, pois operam em horários intermediários, sendo garantia de pontualidade e maior rapidez. A mensalidade gira em torno de R\$120,00.

Figura 8 – Praça “adotada” pelas domésticas que trabalham no entorno como ponto de encontro. Nas primeiras idas a campo observei um movimento intenso entre 09h30min e 10h da manhã. Quando voltei para registrar a presença das empregadas no local, não havia ninguém na praça. Foto: arquivo pessoal, novembro de 2011.



Figura 9 – Ponto de ônibus externo. Foto: arquivo pessoal, outubro/11.



Figura 10 – Empregadas domésticas em direção ao ponto do circular interno. Foto: Arquivo pessoal, setembro/ 2011.

Diferenças elementares na sociabilidade entre as duas categorias de trabalhadores podem ser elencadas a partir das entrevistas com três domésticas e quatro funcionários locais (um subgerente operacional, um encarregado da segurança e dois auxiliares de serviços gerais). Talvez a diferença mais primordial esteja justamente na diferença entre os espaços que cada categoria ocupa: enquanto as domésticas trabalham sozinhas em casa, os funcionários trabalham em grupos pelas áreas comuns; ainda assim, ao passo que as empregadas têm como único meio de transporte a van ou o ônibus de linha, grande parte dos funcionários locais possuem condução própria (e que acaba acarretando em carona para aqueles que não têm)³¹. As informações colhidas através de perguntas que focavam as relações estabelecidas a partir do loteamento ajudaram a compreender a diferença na apropriação do espaço pelos dois grupos selecionados e na forma como a interação inicial se dá e se efetiva para além daquele espaço.

Há particularidades e diferenciações entre os gêneros e categorias de trabalhadores – enquanto os funcionários locais usam o espaço do viveiro para suas confraternizações e dispõem de mais tempo de lazer e encontros aos finais de semana, as empregadas tem a sociabilidade marcada pelo movimento, pelo encontro na van ou no ônibus que, às vezes, pode se estender um pouco e ir além do tempo do percurso – elas aproveitam para passear no centro, comprar alguma coisa que falta para casa ou pagar contas. Ao contrário dos homens, não dispõem de tempo livre aos finais de semana para atividades fora de casa: duas entrevistadas contaram que reservam (forçosamente) o fim de semana para cuidarem de suas casas e passar o tempo que resta com a família. A impressão que dá é de as mulheres trabalham dobrado. Teresa Caldeira (1984) contribui: *“entre todos aqueles que trabalham fora, com certeza as que têm a rotina mais pesada são as mulheres casadas. A hora de chegar em casa é a de começar os serviços domésticos”* (p. 124). Três falas afirmam a constatação:

(...) todo dia eu to num churrasco. Tem uma chácara que nós vai, se reúne, assa uma carne, joga um futebolzinho (...). (Fino, auxiliar de serviços gerais, entrevista realizada em 29/08/11).

Aqui morador quase não vem, então a gente fica a vontade mesmo, faz o trabalho, descansa, bate um papinho, faz um churrasco, coloca um som, sem bagunça, nada de barulhada não. Esses dias mesmo que apareceu um porco a gente engordou e assou [...]. Eu não vim porque foi num sábado, mas sempre

³¹ Conversando com meu “guia” Otávio, no dia em que fui ao Viveiro, perguntei como ele chegava ao trabalho, e ao responder que era de carro, afirmou que os demais seguranças contam com um ônibus fretado até o centro e fez uma lista dos funcionários do serviços gerais que possuem condução própria. O único que utiliza ônibus é o Vô, o encarregado da manutenção que participou da entrevista.

tem...Vem aí mais tarde [referindo-se ao Otávio] que nós pega uma capivara pra assar [...] (Vô, encarregado da manutenção, entrevista realizada em 29/08/11)

A gente não sai muito, não combina nada porque às vezes eu trabalho de sábado e só tenho o domingo pra ficar em casa. Homem é mais fácil né? Ah minha filha, eles não tem compromisso com casa né, ele quer uma roupa, abre o guarda roupa e tá lá, lavada e passada. Quer comer, a panela tá no fogão. Tem domingo que eu passo o dia correndo e quero lavar o cabelo e só vou lavar na segunda, acordo 5h pra lavar o cabelo correndo porque não deu tempo. Você corre daqui e dali e não dá tempo. Em casa é mais difícil do que aqui, aqui eu faço as coisas e fica tudo arrumadinho. Em casa eu sou escrava, eles não dão valor no serviço que você faz. Ontem eu levantei minha filha, e lavei uma pilha de louça. Derrama café na pia e não capacidade de pegar um paninho e limpar, daí fica aquela sujeira. [Cidinha, entrevista realizada em 04/10/11].

Contudo, às vezes sobra um tempinho para ligar e combinar de pegarem o mesmo ônibus para contar alguma fofoca, para marcar o café da tarde ou para participar de aniversários, chá de bebê, casamentos e outros eventos familiares para os quais são convidadas por suas “amigas de trabalho”.

(...) assim, eu tenho umas duas amigas lá do bairro que é assim as pessoas mais interessantes pra mim. Que é aquelas pessoas que eu me desabafo e elas comigo, e elas vão sempre na minha casa e eu sempre na casa delas. Tem uma que trabalha aqui e a outra que trabalha em Sousas, mas que conheci quando trabalhava numa casa aqui perto. Elas é a minha melhor amiga assim de conversar, elas vão lá pra casa, às vezes a gente faz um cafezinho, um pãozinho de queijo pra gente comer, bater um papinho. E é só com essas duas também. Com as outras é só assim de conversar dentro do ônibus, e de assim de conviver junto e de ir pra casa da outra é essas duas (...). [Lourdes, entrevista realizada em 14/06/2011].

(...) às vezes tem uma festinha, uma convida a outra e aí vai. Já fui no casamento de uma das meninas que trabalhava ali na rua de cima, eu chamo quando é aniversário dos meus filhos também. (Lucia, entrevista realizada em 27/09/11).

Durante a entrevista realizada em 27/09/11 com a Lúcia, me foi revelado que há grupos de domésticas e de diaristas, e que até no ônibus tal divisão é materializada; no momento, uma empregada, amiga da Lúcia sentou perto de nós e se interou do assunto. Os grupos se distribuem em turma da frente, turma do meio e turma do fundo³². E tal como na sala de aula, a turma do fundo é a turma bagunceira e a turma que ninguém quer se misturar ou ser confundido. É a turma “queima filme”, que faz bagunça e que arruma briga e confusão.

³² “Ali na frente, antes da roleta, fica as diarista, as crente, aquelas que não tem grupinho. Passando de lá, até mais ou menos aqui fica a gente, as menina do grupinho, sabe? A gente senta junto de quem conversa. Aí ali pra trás a gente nem vai, porque sabe que sai confusão.” (Lúcia)

Cê pensa, nesse horário vem assim de gente e não passa daqui pra trás, porque sabe que tem confusão, baixaria. Vem super lotado da frente até aqui, ali fica vazio. O horário das quatro, a tarde, também é assim, é bem bagunçado. O bicho pega, que é a hora que elas saem. Aí já tem as amante do motorista, agora acalmaram um pouco, mas antigamente era um absurdo né. Beijava cobrador na boca. Esfregava a danada no motorista. [Colega da Lucia]

E toda essa divisão influencia até mesmo no horário em que dona Lúcia prefere pegar o ônibus de manhã – 06h30min – pra evitar a baderna. “*Eu prefiro assim, mais calmo*”. E o mais legal: as duas me deram dicas como “ *você precisa vir nesses horários bafônicos, tipo de manhã cedo assim, ou então nesse horário pra frente, umas 16 horas*”, além da colega relatar uma briga que se deu no dia anterior:

[...] Começou semana passada e eu pensei: quando essas nêga se encontrar... O motivo da briga é que, essa menina que falou, parece que o patrão dela é médico aqui (no abrigo de idosos)... falando que o patrão nega comida, que o patrão dela nega isso, nega aquilo. E ela tava comentando com a Jussara e a turminha tava atrás. E essas nêga tavam no ônibus. E aí o que aconteceu? Só sei que no dia já saiu a confusão. Aí ela acusou a Jussara, porque a Jussara que tinha falado o que aconteceu e o patrão ficou sabendo e quase mandou a menina embora. Essa outra parece que trabalha num restaurante aqui na entrada? Só sei que ontem foi dia de tirar satisfação. [colega da Lúcia]

Existe uma ética da fofoca: não se fala de tudo, com todo mundo. Reclamar do patrão ou fazer alguma fofoca mais sigilosa não pode ser com qualquer pessoa ou em qualquer lugar. É preciso saber o que falar e com quem falar. A escolha pelo lugar no ônibus ou na van segue essa lógica: senta-se com quem é amiga, com quem se tem amizade e confiança.

Ah, quando é conversa de todo mundo é coisa do dia a dia, notícia, novela, acontecimento, família, doença, problemas, faz uma rodinha, fala, ri . Mas é mais comentário mesmo do noticiário, do que passou no fantástico, mais essas coisas mesmo [...]. Se tá chateada também conversa, mas só as que são mais unidas. Se quer contar outra coisa, uma fofoca, vai e liga pra outra que daí a gente marca de se encontrar na saída. Tem umas bem depravada, sabe essas mulher do forró? A gente procura ficar longe, elas não vão com a cara de quem tá quieta. Então a gente procura ficar quieta. Por isso prefiro vir na van. [...] Aí senta a Soninha, eu e a Neusa. Então ali é o nosso lugar. Geralmente a gente pegar um lugar e fica naquele lugar e quando entra uma nova a gente dá um chega pra lá e fala que aqui senta tal pessoa, porque cada uma tem seu grupinho. [Cidinha, entrevista realizada em 04/10/11]

E outra coisa também. Elas assim vão muito falando do patrão. Elas, o papo delas no ônibus que eu vou é só... Virgi, tem dias que, só por Deus! Esses dias o motorista chamou até atenção. Tem uma que fala que não come, a outra fala que não sei o que... sabe essas assim, coisas que nem vale a pena você comentar, mas elas, cada um tem o seu jeito. Às vezes elas tá assim sufocada dentro de uma casa e elas fala assim, dão risada, é um momento

onde ela tá desabafando mesmo. Às vezes o Adriano fala: “todo dia vocês tão com a conversa, não tem outra coisa pra falar, deixa o patrão de vocês saber disso, é baixaria (...). E tem umas que não tão nem aí. [Lourdes]

As idas ao loteamento para fazer as entrevistas nunca passaram em branco para mim – pegar ônibus para ir até o Recanto do Rio era o campo em si, oferecendo sempre informações etnográficas preciosas e até curiosas. O trajeto – às vezes longo e complicado - feito até o campo era também o próprio campo, ainda mais quando minhas idas (e voltas) coincidiam com os horários de entrada ou saída das empregadas domésticas. Ouvir a conversa alheia se tornou uma missão em todas as viagens. Em uma das minhas “viagens” ao Recanto do Rio, quando para entrevistar a primeira empregada doméstica, foi sem dúvida a resposta para algumas das minhas perguntas iniciais. Desde a espera pelo ônibus na estação Expedicionários, no centro de Campinas, até a espera pelo circular interno no loteamento, só o que eu observei foram pessoas se conhecendo ali, ao vivo, na minha frente, e engendrando conversas aleatórias, curtas, prolongadas, pontuais ou até informacionais – ou começavam a reclamar sobre a demora do ônibus, ou sobre o tempo que anda estranho demais, ou sobre a manchete do dia ou ainda sobre qual ônibus pegar para chegar a Sousas. Tudo era motivo para dar pano pra manga e a conversa fluir sem muitas restrições. O registro dessa observação está no diário de campo do dia 14/06:

O primeiro comentário que ouvi ao chegar lá foi que como sempre os horários do ônibus circular e o ônibus urbano não batem – por três minutos perdemos o transporte interno. Meia hora de espera e ouvi muitos comentários sobre “ser doméstica”. Uma contando sobre a “divisão” que duas moradoras querem fazer do serviço dela, cada uma pagando em torno de R\$ 400,00 para ela ficar dois dias numa casa e três dias na outra. Criticou a situação, dizendo que não agüenta as manias da patroa, que liga o tempo todo pra saber onde está o filho, se ele falou com alguém, se ele comeu, que horas chegou e saiu. Informou também às empregadas que a patroa está procurando alguém para trabalhar numa escolinha em Barão Geraldo – na mesma hora houve uma troca de telefones e uma prévia apresentação de ambas as partes. Também comentaram sobre outra patroa que passa o dia em casa infernizando o trabalho da empregada, procurando coisas sujas e um serviço malfeito para reclamar. Discutiram também sobre o “trabalho” que é trabalhar em casa grande ou que tem cachorro, e, mais uma vez, a moça “babá” do menino de dezesseis anos disse que não tem pra que cuidar dele, pois “já é moço”. A outra empregada disse pra ela tomar cuidado para o menino não ficar com raiva e se vingar, colocando algum objeto de valor na sua bolsa e acusá-la de roubo. Ao chegar do circular, uma empregada e uma moça que foi ver um serviço numa casa do condomínio, continuaram a conversa sobre a condição de seus empregos (ressaltando sempre seus direitos trabalhistas e limites de tarefas) e sobre possíveis mudanças de emprego.

No dia 7 de outubro que me dediquei a andar de ônibus três vezes, percorrendo o seguinte trajeto: saindo do Recanto do Rio rumo ao centro de Sousas, voltando pro Recanto do Rio e, finalmente, acompanhando o trajeto de lá pra Campinas. E foi num desses trajetos que presenciei mais uma vez a sociabilidade, na prática. Pela importância da etnografia e pela conversa observada, o diário de campo merece destaque em sua versão integral:

Eram 14h20min quando, graças a uma carona, cheguei pontualmente no meu campo. O meu objetivo era acompanhar a saída das empregadas e com sorte, dos seguranças do primeiro turno. E dei sorte: o ponto de ônibus estava lotado de gente! Entusiasmada, tirei fotos e logo atravessei a rua para me juntar às pessoas que esperam pelo ônibus que já apontava na rua. Acho que algumas pessoas mais atentas não entenderam nada ao me verem descer do carro (que não viera de dentro do loteamento) e ir esperar pelo ônibus... Empolgada como eu estava, nem me importei – apenas procurei o melhor lugar para ouvir as conversas que rolavam no local. Um grupo grande de mulheres se distribuía entre os três bancos do ponto do ônibus foi o eleito: a aglomeração foi o atrativo. E não deu outra: a conversa (ora cruzada, ora entre duas, ora entre três ou mais) pautava sobre as desvantagens de morar em condomínio de prédios, como a falta de privacidade. Em outra conversa paralela (mas que por vezes se entrecruzava com a primeira) o assunto era o feriado do dia das crianças e claro, presentes e crianças. O ônibus chegou. Observei a fila se formando, respeitando tacitamente uma ordem de chegada que só quem ali estava desde o começo parecia conhecer. Na ânsia de aproveitar bem a minha tarde itinerante, fiquei sentada, sozinha no ponto, vendo o ônibus ir embora.

Resolvi então fazer uma visitinha para o Sérgio, meu interlocutor da administração – na verdade eu queria saber em que pé estavam as respostas do questionário que eu tinha deixado na semana anterior. Em alguns minutos de conversa para confirmar alguns números relativos ao Loteamento, resolvi voltar pra o ponto de ônibus. E foi em boa hora, diga-se de passagem: mais uma turma descia do circular interno rumo ao ponto, que estava vazio. Corri na frente pra tirar foto deste momento e registrar cerca de 20 pessoas em fila, descendo a rua interna em direção ao ponto de ônibus. Fiquei olhando em volta para ver se alguém puxava conversa comigo. Nada.

Entrei na fila já formada e puxei conversa então com um senhor que reclamou da “lonjura” do lugar e da dificuldade que foi encontrar a casa onde ele trabalhou o dia todo, desempenando as portas de uma casa em construção. Conversa rápida, mas o suficiente pra saber que ele trabalha no local há mais de 10 anos e que “vi tudo isso aqui crescer, não tinha nada dessas coisas. Mas apesar de ter melhorado ônibus, ainda continua longe”. Por volta das 15h10min o ônibus veio e fui logo pro fim do ônibus, lugar que considere ser um posto de observação estratégico, já que de lá eu podia visualizar o ônibus inteiro e a distribuição das empregadas. Como estava relativamente vazio, decidi descer no centro de Sousas e pegar outro ônibus de volta

ao Recanto do Rio – e, por sorte, assim que desci do 3.92 o 300 já se preparava pra sair, completamente vazio, com uns cinco ou seis passageiros no máximo (a maioria jovens, com mochilas...meu palpite foi que eram estudantes voltando da UNICAMP, não por causa dos acessórios, mas por causa do horário). De volta ao loteamento, o ônibus seguiu vazio, descendo algumas pessoas e subindo outras no caminho. Em cinco minutos eu estava lá, de volta para meu segundo turno de observação participante.

Já passava das 15h:30min quando finalmente mais uma turma de domésticas desceu do circular interno e se organizaram no ponto externo, com o conhecimento de que o ônibus já estava pra vir. Procurando por pessoas conversando, não encontrei ninguém, o silêncio reinava entre as cerca de 30 mulheres que ali se preparavam pra voltar pra casa depois de um longo dia de trabalho... Entre elas, eu era só mais uma. Não me pareceu que minha presença foi notada ou que eu era uma estranha entre elas. E eu também não tive essa sensação. Novamente preferi “estacionar” no fundo do ônibus – vai que alguma coisa acontece ali, no banco quíntuplo, onde geralmente as conversas rolam coletivamente? O ônibus dessa vez já saiu lotado, não tinha mais nem lugar pra sentar. Fiquei em pé, tentando ouvir alguma conversa que me chamasse atenção enquanto eu me arriscava sentar no motor do coletivo para registrar aquele momento com uma foto. E chamei a atenção ao me esquecer de tirar o flash: porque raios alguém tiraria uma foto ali, naquelas condições? Registro feito, eu me levantei a procura de uma conversa boa e também de uma sombra legal, pois o sol estava intenso.

E foi graças a essa procura que localizei as minhas “vítimas” – quase na saída de Sousas uma pessoa no banco que estava a minha frente desceu e o lugar ficou ali, disponível pra quem quisesse sentar. Não me candidatei à vaga (concorridíssima, diga-se de passagem) por questões óbvias: além de respeitar quem estava realmente cansado por trabalhar o dia todo, eu corria um grande risco de não ouvir mais nenhuma conversa. E foi aí que saí ganhando: uma moça, de uns 40 anos, que já tinha cedido seu lugar para um senhor, acabou sentando ali. O estopim pra uma conversa começar entre as duas passageiras: - “Ah, já que ninguém quis sentar então eu sento.”, disse a que se sentou. - “Ah é né, a gente trabalha o dia todo em pé, quer mais é ir sentada pra ir descansando os pés, fica tudo inchado. Minha patroa diz pra eu fazer uma pausa, descansar um pouco, mas descansar eu descanso em casa, eu quero mais é fazer meu trabalho e ir embora pra chegar cedo.”, respondeu sua interlocutora. A conversa fluiu percorrendo vários assuntos: o patrão, as comidas e sucos da casa do patrão (e a preferência por suco de melancia), suas famílias, o valor do dinheiro (tocando na questão dos filhos e do consumo juvenil), tarefas de casa (“ai como eu queria ter filhas assim, da idade das suas, pra eu chegar em casa e estar tudo arrumado”), do tempo de deslocamento de uma até o Satélite Iris, onde mora (“eu vou mais rápido pra casa da minha irmã, que é em São Paulo, do que pra ir trabalhar”), o que deu brecha para a outra senhora falar de sua casa em Joaquim Egídio e a intenção de vendê-la e se mudar pros lados da mãe, que mora na

região do Ouro Verde (e que aliás, estava indo visitá-la). Aí falaram de casa, terreno, comida mineira, do tamanho da casa (“Eu quero uma casa com terreno maior pra eu ter umas arvores, colocar umas galinhas, uma rocinha, sabe? Minha casa é grande, mas o terreno não dá pra aproveitar. Mas a casa é boa, o meu banheiro eu terminei agora, é grande, coloquei uma hidromassagem”), do bairro (“eu não trabalho no Recanto do Rio não, trabalho num condomínio antes, mas tem muita gente do Satélite pra esses lados, você mora perto da onde? Eu conheço o Dedinho, que mora perto da Igreja, a mulher dele é a Cléia, você sabe quem é? Conheci ela e mais uma outra no ônibus, já faz tempo? Você mora perto da onde?”), religião (você frequenta qual igreja? É da Congregação? Ai, graças a Deus né?)...

A minha vontade era de gravar tudo aquilo, mas o máximo que eu fiz foi me pendurar para escrever algumas passagens no meu caderninho e prestar atenção detalhadamente naquela sociabilidade espontânea e tão intensa, tão duradoura. O ônibus já se aproximava do ponto da Irmã Serafina quando as duas senhoras – agora com o nome revelado por elas, numa apresentação amistosa – Lúcia e Elisângela – trocaram telefones para que a moradora do Satélite Iris mantesse a moradora de Joaquim Egídio a par de casas para vender no seu bairro (“eu quero casa com área de lazer”). Foi quando minha observação participante entrou em ação – sem caneta e papel para anotar o telefone, eu ofereci a minha caneta e meu inseparável bloquinho de notas para que isso acontecesse. Com cara de “eu não estava ouvido sua conversa não, tá moça?” eu sorri ao me agradecerem pela contribuição. E foi no ponto seguinte – na Avenida Irmã Serafina – que elas desceram para pegar o segundo ônibus para seus destinos finais.

Por fim, cabe comparar a qualidade das informações, das observações e das entrevistas realizadas com os dois grupos de trabalhadores aqui citados. Sem dúvidas que a minha aproximação e interação com as empregadas domésticas foi muito mais fácil do que com os funcionários locais. Não sei se por serem mulheres e extrovertidas, mas consegui conduzir as conversas em média por duas horas, enquanto que com os homens, a conversa não ultrapassou quarenta minutos. Indago, também, se isso se deve à diferença na concepção do que é trabalhar “em casa” e “no condomínio”. O fato de adentrar a casa onde as empregadas trabalham há anos, para fazer as entrevistas com certeza me deixou mais confortável do que ficar sob o sol ou sob o gelo do ar condicionado (e do olhar desconfiado de uma secretária) quando entrevistei os funcionários. Talvez se no momento das entrevistas com as empregadas os patrões estivessem por perto, eu também sentiria incômodo e ficaria mais ressaída em fazer tantas perguntas.

Muitas aflições, dúvidas, incertezas e mudanças de planos contribuíram positivamente em minha trajetória de pesquisa. As idas ao condomínio, os imprevistos, a espera pelo ônibus e as conversas formais e informais elucidaram questões sem respostas e ajudaram a formular

questões que não haviam sido pensadas. As estratégias e artimanhas que precisei lançar mão e que foram demandadas durante a vivência da pesquisa, de acordo com as situações que me foram impostas, não aconteceriam sem um prévio conhecimento teórico. A etnografia não é um mero relato de fatos isolados ou interligados, não é mera abstração do antropólogo; a etnografia, como legítima ferramenta antropológica exige muito do antropólogo. A favor da etnografia, então, é pertinente observação de Mariza Peirano:

Pode-se argumentar, contudo, que o feedback entre pesquisa e teoria constitui o procedimento básico do conhecimento científico em geral e que, para todas as ciências humanas, não existe fato social que independa da referência à totalidade da qual ele faz parte. No entanto, a pesquisa de campo antropológica, concebida como a procura incessante do diálogo com o “outro”, amplia e deixa mais explícitos esses pressupostos. Assim, o estranhamento passa a ser não só a via pela qual se dá o confronto entre diferentes “teorias”, mas também o meio de auto-reflexão. (PEIRANO, 1990:4)

2.3. OS IMPONDERÁVEIS DO CAMPO

Como aprendemos desde sempre na faculdade que não devemos desprezar dados e situações alguma, a falta de respostas, a desconfiança, o não entendimento na proposta da minha pesquisa, as restrições impostas na negociação para a realização do campo os não ditos – se constituem um dado importante. Quando da aplicação de questionários, um episódio bizarro (pra não dizer outra coisa) aconteceu: tendo entregado o envelope com o documento impresso em rascunho das folhas do CPD/IFCH, tive a notícia de que eles teriam sumido, o que justificaria o atraso no preenchimento do questionário. O subgerente acusou uma das funcionárias com ameaças de demissão e, como um pedido de desculpas se dispôs a imprimir alguns e distribuí-los na mesma semana entre os seguranças e porteiros. Mas, ao ir buscar os questionários que supostamente foram generosamente reimpressos mais de um mês depois, qual não foi a minha surpresa ao constatar que estavam impressos justamente nas folhas que haviam desaparecido... Depois deste episódio, fui assombrada com um forte sentimento de desconfiança. A partir desse episódio comecei a indagar tudo o que tinha me relatado, colocando-o como um “fiscal”, um “supervisor”, da minha presença. Duvidei se de fato ele apresentou minha proposta aos outros funcionários e a Associação dos Moradores, se ele tinha manipulado todas as respostas quando se prontificou a conceder entrevista pra pesquisa, embora ele tenha mediado a minha entrada e sido solícito nas ocasiões em que conversamos.

Mas, a superação de perguntas não respondidas, se deu com documentos como o Regulamento Interno do Loteamento Recanto do Rio e o jornal O Nosso, ambos elaborados

pela Sociedade Civil dos Amigos do Recanto do Rio: foram importantes objetos de estudo, duas ferramentas que auxiliaram no entendimento da rotina de funcionamento do loteamento. Um exemplo foi a problemática colocada em muitos sites sobre gestão de condomínios, o papel do porteiro, do zelador, do administrador, do segurança ainda depende muito do regulamento interno. Quais suas atribuições? O que fazer diante de um pedido de troca de pneu? Ou como delimitar as funções de cada trabalhador, para não haver acúmulo de tarefas (e evitar ações trabalhistas)? Uma edição do jornal “O Nosso” demonstra o trabalho da Administração em, por exemplo, deixar claro que os funcionários locais não estão contratados para prestarem serviços domésticos, como por exemplo, trocar resistência de chuveiro, realizar pequenos reparos residenciais ou descarregar compras dos moradores.

Conversar com um vereador que fora Presidente da Associação de Moradores foi uma estratégia para saber a opinião de quem mora no local há muito tempo e, de certo modo, teve bastante contato com os funcionários durante o tempo em que ficou na presidência do Recanto do Rio. Indicou dois funcionários antigos, que estão lá há mais de 10 anos e falou sobre as vans e a vista grossa por parte da EMDEC, que não aprova (legaliza) o serviço de fretado. Entretanto, foi bastante complicado conduzir a entrevista, pois ele divagou muito sobre ser vereador, sobre as causas ambientais que defende, sobre suas convicções enquanto político (figura política).

Uma das situações mais lastimáveis – além de ter perdido a briga no ônibus e de não ter conseguido tirar foto do ponto do circular e da praça cheia de empregadas – foi o esquecimento, por parte de motorista de umas das vans que atuam no Recanto do Rio. Com a indicação da Cidinha, liguei para o Eduardo, me apresentei, falei da minha pesquisa, falei da Cidinha e marcamos um horário para conversarmos. Seria no centro de Campinas, no seu estacionamento. Qual não foi a minha surpresa quando ao ligar para confirmar, no dia anterior, ele já não se lembrava mais de mim e nem do compromisso? Sem graça, tentei refrescar-lhe a memória, mas mesmo assim não adiantou: ficou reticente e não quis se dispor a marcar outra entrevista.

Faz parte do ofício do antropólogo estar preparado para tais situações e saber que o que se observa e se vive no cotidiano se configuram como importante dado etnográfico, não devendo ser ignorado nem mesmo a mentira³³ e a manipulação da resposta. Nem sempre “nós” e os “outros” falamos a mesma língua e compartilhamos das mesmas convicções ou

³³ “Contudo, para um antropólogo observador, uma mentira pode ser mais reveladora que a verdade, pois se ele desconfia ou sabe que está sendo enganado, pergunta-se qual seria o motivo disso, e assim pode alcançar profundezas ocultas.” (EVANS-PRITCHARD, 1978:307).

apreensões. Quem nunca ouviu alguma frase denotativa de espanto como “mas pra que você quer saber disso?”? E me arrisco a afirmar que mesmo o silêncio – o não dito – deve ser considerado proeminente: muitas vezes nos deparamos com situações nas quais nosso interlocutor nada nos diz, ou porque para ele tal informação é irrelevante ou porque é um sigilo que, se quebrado, sofrerá com as conseqüências. Evans-Pritchard relata sua decepção quando não consegue as informações que deseja e nos conta como é difícil conduzir uma conversa³⁴ com os nuer sem interrupção ou sem desviar do assunto ansiado. Mas penso que, e aqui me arrisco novamente, a insistência³⁵ para obter algum dado pode comprometer a relação e despertar a desconfiança dos “outros” para conosco. Ou ainda, incorrer no risco de chatear seu informante, como bem recomendou um de seus professores. Cabe ao antropólogo, portanto, um papel de diplomata e cavalheiro³⁶ quando se está em campo, para melhor conduzir suas tarefas e evitar desentendimentos ou conflitos maiores que impliquem em interrupções em suas pesquisas. É preciso sentir o campo e usar a intuição na maioria das vezes. A sensibilidade em saber ouvir e saber calar soma-se ao empreendimento da relativização.

³⁴ Na página 18, de *Os Nuer*, o autor transcreve uma conversa que teve com um nuer para tentar saber dele sobre seu nome e sua linhagem. Contrariado, o homem passa a inquirir também sobre as perguntas que lhes estão sendo feitas, como quem não estive muito a fim de respondê-las, talvez por achar irrelevantes. Assim, Evans-Pritchard considera que “os Nuer são peritos em sabotar uma investigação e, enquanto não se morou com eles por algumas semanas, ridicularizam firmemente todos os esforços para extrair os fatos mais corriqueiros e para elucidar as práticas mais inocentes.”

³⁵ Faltou ao antropólogo britânico relativizar e pensar na sua presença entre os nuer. Certo de que era comum a presença de estrangeiros em terras distantes, não se deu conta de que, talvez, suas investidas fossem persistentes ao reclamar da dificuldade em adentrar certos ambientes, principalmente os de criação de gado. “Minhas tentativas de prosseguir na pesquisa eram persistentemente impedidas.”

³⁶ EVANS-PRITCHARD, 1978:299

CONSIDERAÇÕES FINAIS E NOVOS APONTAMENTOS

A intenção ao apresentar duas dimensões possíveis de abordagem acerca dos condomínios fechados é introduzir esta temática de modo sucinto, explicitando as possíveis interpretações que este espaço pode vir a acumular; porém não foi objetivo deste trabalho fazer um levantamento da bibliografia sobre os condomínios fechados, tendo-o aqui como um recorte espacial escolhido como ponto de partida, sobretudo, por concentrar várias categorias de trabalhadores. Desta forma tentei apresentar uma nova questão na dimensão das discussões sobre condomínios ao problematizar a presença de um grupo de pessoas que não é nem morador, nem visitante. Podemos pensar, contudo, que os processos de apropriação e utilização do espaço que foram apresentados nas considerações levantadas aqui, atestam que mesmo em um espaço potencialmente segregador e com esquema de segurança não podem impossibilitar quaisquer tipo de aproximação entre os trabalhadores, além de não impedirem que se apropriem – mesmo que por um instante do dia – das praças ou outros espaços do loteamento. A dimensão social atribuída ao espaço é inquirida através do nível de relação que o cidadão tem com o espaço onde se situa e resulta da experiência urbana, que faz com que as pessoas atravessem e usem diversos lugares da cidade (e de outras cidades!) estabelecendo, em maior ou menor grau, relações de uso ou simplesmente de passagem.

A vivência de uma pesquisa, desde a confecção do projeto até o desfecho em textos para a monografia foi um processo bastante produtivo, desgastante e provocador. Não sei se foi possível responder a todas as respostas colocadas aqui com precisão, mas sei que foi complicado selecionar as partes das entrevistas que mais contemplavam meus objetivos, sem fugir da proposta inicial da sociabilidade entre os trabalhadores do condomínio fechado. Foi tentadora a vontade de discorrer sobre tudo o que foi levantado nas entrevistas pelas empregadas, esmiuçando cada subjetividade, mas creio que não caberia trabalhar de tal forma em uma monografia. Durante boa parte do trabalho achei que as entrevistas realizadas não dariam conta de responder aos questionamentos propostos, mas o empenho e a dedicação ao campo, a tudo o que foi observado e sentido, vieram a somar, contribuindo assim para a confecção desta monografia.

Outras questões surgiram e indicaram que esta investigação tem mais caminho a percorrer. Uma delas é que o homem tem ascensão profissional (Sérgio, Otávio e Vô, meus entrevistados, subiram de cargo desde que começaram a trabalhar no loteamento), a mulher não; entretanto, notei que os funcionários locais do sexo masculino não trabalham por muito tempo no Recanto do Rio (e talvez a questão das trocas de Presidente da Associação explique

um pouco o por que) enquanto que as empregadas entrevistadas afirmaram trabalhar há mais de 10 anos com a mesma patroa/patrão (e isso é motivo de orgulho e trabalho bem feito). Também é tentador investigar a diferença na concepção de “trabalho” para estes dois grupos: no que se diferencia desenvolver tarefas ditas domésticas e tarefas administrativas ou de manutenção e segurança? Porque o trabalho desenvolvido dentro de uma casa dá mais flexibilidade de horários às empregadas, ao menos aparentemente? Algumas leituras feitas para este trabalho foram interessantes e instigantes; Teresa Caldeira (1984), em “A política dos outros” toca em questões que serviriam de apoio para novos apontamentos deste trabalho (ou para o seu complemento), como a detalhada observação e comparação entre o que é trabalho e o que é tarefa doméstica (e sobre notação tempo: o tempo vendido e o tempo em casa). Pensando nas diferentes espacialidades que atravessam até chegarem no local de trabalho e seguindo na proposta de investigar os estilos de vida e as práticas sociais que perpassam todos os espaços da cidade, pode-se investir na discussão teórica sobre comunidade ligada ao espaço (SENNETT, 2001) e sobre o que Pierre Bourdieu caracteriza como “efeito de lugar” (BOURDIEU, 2007).

Há várias dúvidas, curiosidades e perguntas sem respostas decorrentes da pesquisa que persistem e que podem vir a se transformar em um novo trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGIER, Michel. Lugares e redes – as mediações da cultura urbana. In: NIEMEYMER, Ana Maia de, GODOI, Emília Pietrafesa de. (orgs). Além dos territórios: para um diálogo entre a etnologia indígena, os estudos rurais e os estudos urbanos. Campinas: Mercado de Letras, 1998, pp. 41-63.

_____. Antropologia da Cidade: lugares, situações, movimentos. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2011.

ANDRADE, Carlos Sait Pereira de. Sentidos e nexos conceituais da cidade contemporânea. In: LIMA, Antonia Jesuíta de. (Org.). Cidades Brasileiras – atores, processos e gestão pública. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, pp. 13 – 26.

ANDRADE, Luciana Teixeira de. Estilos de vida nos condomínios residenciais fechados. In: FRÚGOLI JR, H.; ANDRADE, L. T. de; PEIXOTO, F. A. (orgs.). As cidades e seus agentes: práticas e representações. Belo Horizonte: PUC Minas/Edusp, 2006, pp. 305 – 329.

_____. Singularidade e igualdade nos espaços públicos. Revista do Arquivo Público Mineiro. Ouro Preto: Imprensa Oficial de Minas Gerais, Jul./Dez. 2007, Vol. 43, Fascículo 2, pp. 112 – 127. Disponível em http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm_pdf/Singularidade_e_igualdade_nos_espacos_publicos.PDF

BÓGUS, Lúcia. Introdução. In: LIMA, Antonia Jesuíta de. (Org.). Cidades Brasileiras – atores, processos e gestão pública. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, pp. 7 – 9.

CALDEIRA, Teresa Pires. Cidade de muros: crime, Segregação e Cidadania em São Paulo. São Paulo: Edusp, 2000.

_____. Enclaves Fortificados: a nova segregação urbana. Novos Estudos CEBRAP, n 47, 1997, pp. 155 – 176.

_____. *A Política dos outros*: o cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano: artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano: 2.morar, cozinhar. Petrópolis: Vozes, 1997.

CORDEIRO, Graça Índias. Territórios e identidade sobre escalas de organização sócio-espacial num bairro de Lisboa. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n° 28, 2001, p. 125 – 142

CORRÊA, Roberto Lobato. O espaço urbano. São Paulo: Ática, 1989.

COSTA, Antonio Firmino da. Estilos de Sociabilidade. In: CORDEIRO, G.I; BAPTISTA, L. V.; COSTA, A. F. (orgs.). Etnografias urbanas. Celta Editora, Oeiras: 2003 pp. 121 – 129.

FRÚGOLI JR., Heitor. Sociabilidade Urbana. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2007.

GOTTDIENER, Mark. A produção social do espaço urbano. São Paulo: EDUSP, 1993.

EVANS-PRITCHARD, Edward. Apêndice IV: Algumas reminiscências e reflexões sobre o trabalho de campo. In: Bruxaria, oráculos e magia entre os Azande. Rio de Janeiro. Zahar. 1978.

_____. Os Nuer. São Paulo. Perspectiva. 1978.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. A rua e a evolução da sociabilidade. IN: Rua, símbolo e suporte da experiência urbana. São Paulo, Setembro de 1993 – disponível em <http://www.n-a-u.org/ruasimboloesuporte.html>. Acesso em 17/06/2008.

_____. Quando o campo é a cidade: fazendo antropologia na metrópole. In: MAGNANI, J. G. e LUCCA, Lilian (orgs). Na metrópole: textos de antropologia urbana. São Paulo: Edusp/FAPESP, 1996.

_____. Transformações na cultura urbana das grandes metrópoles. In: MOREIRA, Alberto da Silva e COHN, Gabriel (orgs). Sociedade Global: cultura e religião. Rio de Janeiro: Vozes, 1998. Pp. 55-78.

_____. Perto E De Dentro: Notas Para Uma Etnografia Urbana. Rev. Bras. Ci. Soc., São Paulo, V. 17, N. 49, Junho 2002. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092002000200002&script=sci_arttext Acesso em 01/12/2010.

MATTA, Roberto da. A casa & a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil.. Rio de Janeiro: Rocco, 1997

MOURA, Cristina Patriota. A fortificação preventiva e a urbanidade como perigo. In: Série Antropologia, v. 407, 2006, pp.: 5 – 18.

_____. Condomínios Horizontais em Brasília: elementos e composições. In: Revista Antropolítica, Niterói, n. 28, p.47-68, 1. sem. 2010.

LÉVI-STRAUSS, Claude. Guanabara. In: Tristes Trópicos. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

PARK, Robert Ezra: A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. IN: VELHO, Otávio Guilherme (org.). O fenômeno urbano. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

SIMMEL, Georg. As grandes cidades e a vida do espírito (1903). Mana [online]. 2005, vol.11, n.2, pp. 577-591. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/mana/v11n2/27459.pdf> [acessado em 16/10/2010].

_____. A sociabilidade (exemplo de sociologia pura ou formal). In: Questões fundamentais da sociologia: indivíduo e sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2006, pp. 59 – 82.

JORNAIS

O NOSSO: Jornal da Sociedade Civil Amigos do San Conrado. Campinas, 1 dez. 2009, nº 02. Disponível em: <http://www.sanconrado.org.br/img/O_Nosso_02.pdf>. Acesso em: 06 abr. 2010.

O NOSSO: Jornal da Sociedade Civil Amigos do San Conrado. Campinas, mar. 2010, nº 08. Disponível em: <http://www.sanconrado.org.br/img/O_Nosso_08.pdf>. Acesso em: 06 abr. 2010

O NOSSO: Jornal da Sociedade Civil Amigos do San Conrado. Campinas, 1 out. 2010, nº 20. Disponível em: <http://www.sanconrado.org.br/img/O_Nosso_20_final.pdf>. Acesso em: 06 abr. 2010.

SITES

BRASIL. IBGE. Censo 2010. Resultados Censo 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/resultados_dou/SP2010.pdf>. Acesso em: 10 out. 2011.

CAMPINAS. Prefeitura Municipal de Campinas. Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano. Disponível em: <<http://www.campinas.sp.gov.br/>>. Acesso em: set. 2011.

CAMPINAS. Prefeitura Municipal de Campinas. Secretaria da Cultura. Bens Tombados: Processo 002/99 Mata da Antiga Fazenda São João, atual Estância Santa Isabel . Disponível em: <<http://www.campinas.sp.gov.br/governo/cultura/patrimonio/bens-tombados/verBem.php?id=133>>. Acesso em: set. 2011.

SÃO PAULO. Observatório Metropolitano: Indicadores da RMC. Censo 2010: população da RMC é de 2.798.477 pessoas. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/resultados_dou/SP2010.pdf>. Acesso em: 10 out. 2011.

SOBLOCO CONSTRUTORA S/A. Portfólio. Disponível em: <<http://www.sobloco.com.br/site/interno.asp?keyword=realizacoes.portfolio>>. Acesso em: ago. 2010.

DOCUMENTOS JURÍDICOS

CAMPINAS. Prefeitura Municipal de Campinas. Diário Oficial do Município. Decreto nº 15.404 de 09 de março de 2006. 10 março 2006, ano XXXVI, nº 8.879. Permite o Uso de Áreas Públicas Municipais à Sociedade Civil dos Amigos de CAMINHOS DE SAN

CONRADO Disponível em: <<http://www.campinas.sp.gov.br/uploads/pdf/1558736922.pdf>>. Acesso em: set. 2011.

CAMPINAS. Prefeitura Municipal de Campinas. Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas - CONDEPACC: resolução nº 116 de 14 de abril de 2011. Disponível em: <<http://2009.campinas.sp.gov.br/bibjuri/r116-14042011.htm>>. Acesso em: 10 set. 2011.

CAMPINAS. Lei Municipal nº 8.736 de 09 de Janeiro de 1996 Dispõe Sobre a Permissão a Título Precário de Uso das Áreas Públicas de Lazer e das Vias de Circulação, Para Constituição de Loteamentos Fechados no Município de Campinas e dá Outras Providências. SMAJ - Coordenadoria Setorial de Documentação - Biblioteca Jurídica - 01/10/2010

BRASIL. Lei Federal 6.766/79. Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências. Presidência da República, Subchefia para assuntos Jurídicos, Casa Civil.

BRASIL. Lei Federal 4.591/64, de 2002. Dispõe sobre o condomínio em edificações e as incorporações imobiliárias. Presidência da República, Subchefia para assuntos Jurídicos, Casa Civil.

